



UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Ajuda Pública ao desenvolvimento: a sua real importância
no desenvolvimento de Cabo Verde**

Sílvia Monteiro

Mindelo, 2019



Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais
Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

Ajuda Pública ao Desenvolvimento:

A sua real importância no Desenvolvimento de Cabo verde

Autora: Sílvia da Luz Monteiro, nº3499

Orientador: José Augusto Lopes da Veiga, PhD

Mindelo, junho 2019

Autora: Silvia da Luz Monteiro

Título: Ajuda Pública ao Desenvolvimento:

A sua real importância no desenvolvimento de Cabo Verde

Declaração de Originalidade:

Declaro que esta monografia é um trabalho autêntico, fruto de uma investigação autónoma, de conteúdo original. As consultas bibliográficas encontram-se devidamente referenciadas.

A candidata,

Silvia Monteiro, nº3944

Mindelo, 2019

“Monografia para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, como parte dos requisitos da Universidade do Mindelo”

“(..) o crédito pertence ao homem... que luta com valentia, que erra e tenta de novo; aquele que conhece o grande entusiasmo, a grande devoção e se consome numa causa justa; aquele que ao menos conhece, no final, o triunfo de sua realização, e aquele que na pior das hipóteses, se falhar, ao menos falhará, agindo excecionalmente, de modo que seu lugar não seja nunca junto àquelas almas frias e tímidas que não conhecem nem a vitória nem a derrota.”

- Theodore Roosevelt -

Dedicatória

À minha mãe.

Aos meus irmãos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder este espírito de luta, persistência e ambição que me fez abraçar os meus estudos e concluir esta licenciatura.

Agradeço à minha mãe, em especial, que sempre depositou muita fé em mim acreditando nos meus sonhos e que através das suas palavras ganhei confiança para alcançar um deles, a conclusão deste curso.

Ao professor José Augusto Lopes da veiga por ter aceite o convite para ser meu orientador neste trabalho.

Aos meus colegas de curso, em especial aqueles que partilharam comigo este sonho.

A todos aqueles que me apoiaram com palavras de incentivo, com a partilha de conhecimentos e qualquer outro tipo de apoio, um muito obrigado!

Resumo

Cabo Verde é um país que sempre deparou com vários desafios, devido a sua condição geográfica. A sua estrutura arquipelágica, acompanhado do seu isolamento, más condições climáticas, entre diversas vulnerabilidades, levaram a que o país fosse considerado inviável. Entretanto deste arquipélago inviável, nasceu uma nação. Não foi fácil de fato! Foi preciso ser socorrido nas épocas de seca, e em vários outros momentos, até se constituir como um Estado.

Por estas razões, tudo aquilo que o país conseguiu alcançar até hoje, relativamente ao seu desenvolvimento e crescimento económico, é muitas vezes associado unicamente à ajuda. A partir desta associação se elaborou este trabalho com o propósito de distinguir a Ajuda Pública ao desenvolvimento, que tem sido um pilar importante no desenvolvimento de Cabo Verde, da imagem que se criou dela, como sendo o “oxigênio” do desenvolvimento do país.

Para atingir o objetivo final esmiuçou-se o pacote da Ajuda Pública que o país recebe, bem como os vetores da economia cabo-verdiana para entender o nível da sua importância no desenvolvimento do país. Ou seja, provar ou não se o desenvolvimento de Cabo Verde depende exclusivamente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Palavras-chaves: Ajuda Pública ao desenvolvimento; desenvolvimento; crescimento económico; Cabo verde

Abstract

Cape Verde is a country that has always faced several challenges, due to its geographical situation. Its archipelagic structure, accompanied by its isolation, bad climatic conditions, among several vulnerabilities, led to the country being considered unfeasible. Meanwhile of this infeasible archipelago, a nation was born. It was not easy in fact! It was necessary to be helped in times of drought, and at various other times, until it became a state.

For these reasons, everything that the country has achieved so far in terms of its development and economic growth is often associated only with aid. From this association, this work was elaborated with the purpose of distinguishing public aid for development, which has been an important pillar in the development of Cape Verde, of the image that was created of it, as the "oxygen" of the country's development.

In order to reach the final goal, the public aid package that the country receives is analyzed, as well as the vectors of the Cape Verdean economy to understand the level of its importance in the development of the country. That is, to prove whether or not the development of Cape Verde depends exclusively on Official Development Assistance.

Keywords: Official Development Aid; development; economic growth; Cape Verde

Abreviaturas

ACP	África Caraíbas e Pacífico
ANUAR	Administração das Nações Unidas de Assistência e Reabilitação
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE	Acordo de Parceria Económica
ASS	África Subsariana
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CADTM	Comité para Anulação de Dívida do Terceiro Mundo
CV	Cabo Verde
CEDAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CID	Cooperação Internacional de Desenvolvimento
CPLP	Comunidade do Países de Língua Oficial Portuguesa
DECRP	Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
GAT	Grupo de Apoio à Transição
INE	Instituto Nacional de Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organizações Não Governamentais
PAC	Parceria de Acordo Cambial
PAM	Programa Alimentar Mundial
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDM	Países de Desenvolvimento Médio
PEC	Programa Estratégico de Cooperação

PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PMA	Países Menos Avançados
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Países de Rendimento Médio
PT	Portugal
PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
EU	União Europeia
US	United States (Estados Unidos)
USD	United States Dollar (Dólar norte-americano)

Índice

Introdução	12
Metodologia	15
Capítulo I – Abordagem teórica	15
1.1. Ajuda Pública ao Desenvolvimento	16
1.2. Ajuda Pública ao desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento (PVD) 23	
1.3. Ajuda Pública e o desenvolvimento de Cabo Verde	26
1.4. Cooperação internacional, Ajuda pública e Desenvolvimento	29
1.5. Desenvolvimento e Crescimento económico	31
Capítulo II - Graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio (PRM)	33
1.1. Análise dos indicadores de desenvolvimento e crescimento	34
1.2. Evolução do IDH de Cabo Verde	37
1.3. Evolução do PIB <i>per capita</i> de Cabo Verde	43
1.3.1. Distribuição do PIB <i>per capita</i> por sectores de atividade	46
Capítulo III - Análise evolutiva dos fluxos de APD em Cabo Verde no período 2000-2017	52
1.1. Analogia entre a APD e o PIB <i>per capita</i>	54
1.2. Os fluxos de APD em relação a outros setores da economia de Cabo Verde	55
1.3. Principais doadores de APD a Cabo Verde	58
Conclusão	69
Bibliografia Consultada	73

Índice de Tabelas

Tabela 1 - IDH de Cabo Verde comparado com o IDH do restante dos PALOP (2017)	39
Tabela 2 – Estrutura (%) do PIB corrente a preços de mercado (2000-2007)	47
Tabela 3 – Estrutura (%) do PIB corrente a preços de mercado (2008-2016)	50
Tabela 4 – Fluxos económicos em percentagem do PIB (2008-2017)	57

Índice de Quadros

Quadro 1: Esperança média de vida (2000-2017)	40
Quadro 2: Taxa de escolaridade (2000-2017)	40
Quadro 3: Taxa de Alfabetização (2000-2017)	41
Quadro 4: Rendimento Nacional Bruto per capita (2000-2017)	41
Quadro 5: APD de Portugal a Cabo Verde (milhares de euros)	61

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano de CV (2000-2017)	38
Gráfico 2 – Taxa de Crescimento médio por indicadores (2000-2017)	42
Gráfico 3 – PIB per capita de Cabo Verde de 2000 a 2017	44
Gráfico 4 – PIB per capita de CV em relação ao PIB da ASS e UE	45
Gráfico 5 – Estrutura do PIB por setores de atividade (2000-2007)	49
Gráfico 6 – Distribuição do PIB por setores de atividade (2008-2016)	51
Gráfico 7 – Montantes de APD recebidos em US\$ (2000-2017)	52
Gráfico 8 – Valor da APD e do PIB de 2000 a 2017 (US\$)	54
Gráfico 9 – Setores económicos externos em % do PIB	57
Gráfico 10 – Setores económicos internos em % do PIB mais a APD	58

Introdução

O tema do presente estudo de investigação é Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em Cabo Verde e a sua real importância no desenvolvimento do país.

Pretende-se, com esta investigação saber qual o nível da importância que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento representa no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, através de uma perspectiva conceptual e teórica.

O debate sobre o processo de desenvolvimento de Cabo Verde tem sido muitas vezes reduzido a uma simples expressão: “Cabo Verde vive de esmola.” Esta expressão no fundo, resume-se na ideia de que Cabo Verde, por ser um país de fracos recursos, de rendimento baixo e exposto a diversas vulnerabilidades, não dispõe de possibilidades endógenas capazes de promover o seu próprio desenvolvimento e que, portanto, esse desenvolvimento tem sido solucionado unicamente pelo recurso à ajuda externa.

A ajuda externa é um conceito vasto. Neste caso, para sermos mais exatos, identificamo-la como Ajuda Pública ao Desenvolvimento, por ser esta a ajuda predominante em Cabo verde, quando se trata do seu desenvolvimento.

Existe já um número considerável de estudos sobre este tema em Cabo Verde. Porém, este trabalho será inovador, no sentido de ter tido ousadia em procurar, mais do que revelar a importância que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento representa a Cabo Verde, revelar se essa importância lhe atribuí ou não a exclusividade de pilar essencial do desenvolvimento do arquipélago.

Na Verdade, qualquer estudo revelará que a APD tem sido e é importante para o desenvolvimento de Cabo verde, pois esta noção já existe mesmo despida de investigação. Neste trabalho uma das finalidades é contribuir para um espírito de argumentação sempre que se levantar um debate sobre este assunto. Pois constata-se que até no meio académico este tema tem sido alvo de desinformação.

Para prosseguir com a investigação, levantamos a seguinte questão a ser respondida no final desta tese: Será que o desenvolvimento de Cabo Verde depende essencialmente da APD?

Desde já, nos levanta uma certa intriga ao se relacionar o desenvolvimento de um país somente com aspetos adventos das suas relações externas, uma vez que uma política interna mal orientada implica mau uso de qualquer benefício que a sua política externa lhe possa oferecer. Um país politicamente instável, sem uma visão estratégica, que não explora as suas potencialidades, ainda que escassas, e tão pouco direciona a sua política

a boas práticas e valores que respeitam os direitos humanos, converterá qualquer ajuda que se destina a promover o seu desenvolvimento em fracasso. Recursos endógenos são, portanto, necessários para que as ajudas façam diferença e tenham impacto positivo no desenvolvimento. Neste caso, qualquer país antes de adotar as ajudas externas como pilar do seu desenvolvimento deve criar, primeiramente, o seu próprio pilar.

No caso de Cabo Verde, existe uma ideia de que a APD é o pilar chave do seu desenvolvimento. Trata-se de um pensamento que exclui logo à primeira a existência de outros pilares que possam ser de extrema importância no seu processo de desenvolvimento. Este trabalho pretende dissolver este pensamento, dando a conhecer os restantes pilares da economia cabo-verdiana, os indicadores de desenvolvimento e os setores de produção e rendimento, através de uma análise pela qual será possível compreender a importância desses fatores e mais especificamente o nível de contribuição de cada uma. Com esta abordagem será possível fazer uma analogia com a APD para melhor entender a sua real importância ao país quando balanceada com fatores internos de desenvolvimento.

Assim, na tentativa de responder à pergunta de partida em que se baseou para a elaboração deste trabalho, foram desenvolvidos três capítulos. O primeiro capítulo ficou encarregue da abordagem teórica do tema, que por sua vez subdivide-se em cinco subtítulos. No primeiro subtítulo fez-se uma abordagem conceptual do termo Ajuda Pública ao Desenvolvimento, por ser o núcleo de toda a investigação. Dada a natureza mutável da sua história fez-se também uma análise da sua evolução, tendo recorrido a autores de diferentes épocas. O segundo subtítulo teve em conta os países em vias de desenvolvimentos, por serem os principais beneficiários da Ajuda Pública ao Desenvolvimento. O terceiro subtítulo abordou, de forma breve, o histórico da relação da Ajuda pública ao Desenvolvimento e as opiniões de diferentes autores sobre essa mesma relação. Tanto o quarto como o quinto subtítulo fazem uma análise comparativa de variáveis diretamente ligadas ao tema. Assim a primeira analisou as controvérsias quanto ao uso do termo cooperação internacional e Ajuda pública ao Desenvolvimento e as possíveis razões de serem ou não distintas uma da outra. E a última analisou os termos Desenvolvimento e Crescimento pautando o parâmetro entre eles.

O segundo capítulo incidiu-se sobre a questão da graduação de Cabo Verde a país de Rendimento Médio (PRM), devendo-se ao fato de se tratar de um momento que teve implicância direta sobre a APD. Deste capítulo, abordou-se outro tema de pertinência, nomeadamente os indicadores do desenvolvimento, enquanto vetores que levaram a graduação do país. Aproveitou-se e fez-se um percurso nos registos desses indicadores em Cabo Verde a saber: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), juntamente com os seus indicadores de base e o PIB per capita, bem como a sua estrutura setorial, no período compreendido entre 2000 a 2017. Ambos sobre uma abordagem comparativa.

O terceiro capítulo tem como tema, a evolução dos fluxos de Ajuda pública ao desenvolvimento em Cabo Verde. Pretendendo compreender a tendência da APD registrado em Cabo Verde no período anteriormente delimitado, analisou-se a entrada anual da APD no país. Para uma melhor compreensão de como e onde provém esses fluxos de APD, fez-se uma passagem por alguns dos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, bem como uma breve descrição dos seus compromissos com o desenvolvimento do país.

Por fim o trabalho termina com a conclusão, desenvolvida por uma síntese dos resultados germinados desta investigação, a resposta obtida da questão que se levantou, bem como as evidências sobre o tema em questão, a cerca da sua importância em Cabo Verde. Tais evidências exigiram um leve levantamento dos pilares do desenvolvimento do país, para além dos ganhos, vulnerabilidades e os futuros desafios do país, enquanto fatores a terem na balança com o APD para melhor compreender o seu peso real no desenvolvimento do país.

Metodologia

A natureza do tema escolhido permite-nos uma certa liberdade na escolha da metodologia e do modelo de desenvolvimento do trabalho. Nesta perspetiva, pensamos ser adequado e conveniente não adotarmos a abordagem tradicional para elaboração de trabalhos de fim de curso e, portanto, para esta monografia.

Sendo assim, sem a intenção de fugir radicalmente a esta abordagem acima referenciada, decidimos, por uma questão de melhor compreensão do trabalho, utilizar as seguintes metodologias:

a) Pergunta de partida

- Será que o desenvolvimento de Cabo Verde depende essencialmente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento?

b) Pesquisa documental

A condução deste trabalho teve como fio condutor e base de sustentação a investigação bibliográfica assente em livros, dissertações, artigos periódicos, documentos institucionais e artigos de fonte eletrónico, ambos sob uma análise maioritariamente qualitativa ao serem expostas a uma observação histórica, geográfica e sobretudo teórico.

c) Método qualitativo

O recurso ao método qualitativo, incide na análise, descrição e observação de todos os elementos que compõe este trabalho.

Ainda dentro desta abordagem metodológica evidenciamos como variáveis que deram corpo a este trabalho: a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, enquanto a principal variável dependente; o desenvolvimento e crescimento como as variáveis independentes.

Para a medição destas variáveis, recorreu-se a diversos tipos de indicadores:

- Indicadores económicos (Produto Interno Bruto *per capita*, Renda Nacional Bruto);
- Indicadores de desenvolvimento (Taxa de Alfabetização, Taxa de Escolaridade e Esperança Média de Vida);

Capítulo I – Abordagem teórica

1.1. Ajuda Pública ao Desenvolvimento

1.1.1. Conceito e evolução

Ajuda pública, que também pode ser denominada de ajuda externa, ocorre quando um país destinatário recebe recursos adicionais em moeda estrangeira como forma de melhorar o seu desempenho acima do nível existente (Shah S. et al., 2005).

O Comité da Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OECD¹ define ajuda pública ao desenvolvimento (APD) como ajuda concedida sob forma de recursos, donativos ou empréstimos, pelos organismos estatais ou territoriais e instituições multilaterais aos países em vias de desenvolvimento, cujo principal objetivo é promover o desenvolvimento económico e social de países em desenvolvimento. Essa ajuda exclui motivações militares e objetivos exclusivamente comerciais (OECD, 2018).

Browne (1997 pp.1-4), refere que a ajuda externa ganhou novas direções, tendo perdido as motivações iniciais, estas de carácter militar. Enquanto isto, motivações políticas e estratégicas permanecem na vanguarda. Segundo ele, três processos terão sido cruciais no surgimento da APD: O primeiro terá sido a criação da ONU², em que perante a devastação humana, física e económica os aliados procuraram salvaguardar a paz por meio de colaboração internacional. Antes da criação da ONU, teria surgido, em 1943 a primeira agência de ajuda no mundo, a ANUAR³. Não obstante isso, em 1946 nasceria o sistema de ajuda multilateral aquando da extensão do primeiro empréstimo do Banco Mundial também na Europa. O segundo processo apontado é a *Guerra Fria*⁴, que ao se

¹ A *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)* é uma organização internacional de 36 países membros entrado em vigor em 1961, cujo objetivo é de harmonizar as políticas económicas dos países industrializados de forma a resolver certos conflitos extensivos dos PVD, nomeadamente fomentar o desenvolvimento. Sucede à Organização para a Cooperação Económica Europeia (OEEC) criada em 1947 para gerir o Plano Marshall para a reconstrução da Europa no pós II Guerra Mundial.

² *Organização das Nações Unidas (ONU)* foi criada como substituto da Liga das Nações, logo após a segunda Guerra Mundial, em 1945, para promover a cooperação internacional e impedir outro conflito como aquele.

³ ANUAR, em português *Administração das Nações Unidas de Assistência e Reabilitação* foi uma agência de ajuda internacional constituída por 44 nações fundada em 1943, cujo objetivo era planejar, coordenar, administrar ou organizar a administração de medidas para o alívio das vítimas da guerra.

⁴ A *Guerra Fria* é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre o bloco Ocidental a favor do capitalismo, liderado pelos Estados Unidos e o bloco Oriental a favor do comunismo, liderado pela União Soviética. Compreende o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar,

intensificar terá impulsionado a ajuda bilateral estrangeira. Por mais de quatro anos a Europa recebeu assistência em bilhões de dólares da América através do Plano Marshall⁵ iniciado em 1948. Ainda que essa assistência não tenha se estendido para além da “*Cortina de Ferro*”⁶ a ajuda Marshall passou a ser identificado como a fortificação do “mundo livre” contra a invasão do comunismo. O terceiro processo seria o movimento independentista iniciado na década de 40 entre as antigas colónias, tendo a independência encorajado novos doadores bilaterais a criar programas de ajuda como forma de dar continuidade às suas obrigações coloniais.

Mavrotas (2009), também reconhece que a ajuda externa é uma iniciativa que tem conhecido várias direções ao longo dos anos e cujos eventos como a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e a Queda da União Soviética agregaram na agenda da ajuda novos interesses, tendo hoje interesses muito distintos dos que a semearam. Segundo o autor, recentemente a ajuda externa requer mais do que melhorar na quantidade, alcançar uma qualidade que justifique sua ampliação. É da sua opinião de que a ajuda externa é apenas um complemento do desenvolvimento, já que se deve ter uma visão ampla de várias outras atitudes e ações que contribuem para o desenvolvimento de um país. Para o autor, a ajuda externa encontra-se numa nova era em que se clama por mais eficácia, dado ao destaque e a importância que este tem ganho, bem como ao número de apoiantes alcançados. O autor diz existir uma contrapartida entre mais ajuda e o monitoramento da mesma tendo em conta os aspetos negativos da ajuda externa como a interdependência. Na sua opinião, mais ajuda requer maior capacidade de gestão. O nível de eficácia da ajuda externa habita entre o que se recebe e o que se consegue produzir a partir daí. O impacto que a ajuda tem na vida das pessoas muito diz sobre sua eficácia. Por último, ele escreve que aumentar a ajuda significa ter uma ajuda mais bem direcionada.

No entender de Nipassa (2009), a APD é uma transferência de recursos de carácter humano, financeiros e materiais que um país faz a outro, sob forma de doação ou empréstimo, com a finalidade de promover o desenvolvimento do país recetor. Finalidade

tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada “fria” porque não houve uma guerra direta entre as duas superpotências.

⁵ O Plano Marshall foi um plano criado pelos EUA em 1947 para a Recuperação Económica da Europa pós II Guerra Mundial.

⁶ *Cortina de ferro* foi uma expressão usada pela primeira vez por Winston Churchill referindo-se à fronteira que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, dividiu a Europa ocidental do leste Europeu, região dominada pela União Soviética.

essa que segundo o autor é motivada por vários interesses individualistas por parte dos doadores. De uma forma crítica ele admite que os países doadores se auto beneficiam dos países necessitados ao usar o poder de seus recursos como oportunidade para expandir seus mercados, exercer influência política, económica e mesmo cultural, afirmar uma boa posição ao nível internacional e garantir estabilidade. Para o autor a ajuda externa consiste ainda numa relação de dependência por parte dos que são ajudados e imposição por parte dos doadores, criando posições desiguais entre aqueles que detêm os recursos e aqueles que buscam sobreviver. [Desta forma a ajuda externa, realizada nestes parâmetros, acaba por favorecer o *free-ride*.^{7]}

A APD nasce no cenário internacional após a 2ª Guerra Mundial, com a criação do Plano Marshall e devido ao início da queda dos impérios coloniais, que alteraram a doutrina de apoio financeiro às colónias que até então era uma doutrina de autossuficiência. As despesas públicas das colónias passaram a ser assumidas diretamente pelas metrópoles e com isso surgiram, particularmente em África, instituições financeiras específicas – como é o caso da Organização Das Nações Unidas (ONU) com o programa alargado de assistência técnica, visando o desenvolvimento económico dos países menos desenvolvidos - apoiando os planos de desenvolvimento que as metrópoles coloniais começaram a elaborar e a implementar. Este apoio, essencialmente material, destinado às possessões coloniais possuía duas modalidades: uma de donativos puros e outra de empréstimos a muito longo prazo em condições preferenciais. Nos anos 60 o perfil, a natureza e o volume dessas ajudas viriam mudar, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁸ a tomar uma nova dimensão e com o Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento (BIRD)⁹ a interessar-se pelos países subdesenvolvidos. Por outro lado, os Estados unidos diversificam a sua ajuda com a constituição de fundos e de organismos públicos vocacionados para a ajuda ao desenvolvimento, já não só de países asiáticos (Rocha, 2009).

⁷ O *Free-ride* acontece quando grupos são favorecidos em detrimento de outros, beneficiando-se de recursos, bens públicos ou serviços sem custo ou esforço.

⁸ O *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), fundado em 1965 com a função de promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo.

⁹ O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é uma instituição financeira do Banco Mundial que atua concedendo empréstimos a países em desenvolvimento de renda média.

Segundo Furtado (2017), o surgimento da APD no cenário internacional remonta ao ano de 1960 aquando da ¹⁰resolução nº1522 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, defendendo a transferência de recursos dos países mais ricos para os mais pobres. Reforça que, *“Apesar das primeiras preocupações com a Ajuda remeterem-se às intenções expressas na criação da Carta das Nações Unidas em 1945 e ao Plano Marshall¹², elas não constituiriam ainda a APD nos termos em que foi definida, uma vez que as intenções previstas no Plano Marshall de apoiar a reconstrução da Europa devastada pela guerra tratavam-se fundamentalmente de pôr as estruturas já existentes a funcionar e não de transferências de recursos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentado.”*

De facto as alicerces da APD foram lançadas no período pós-guerra, mas o conceito só ganhou forças na década de 60 com os PVD ganhando atenção da comunidade internacional, nomeadamente através das independências iniciadas nesta altura que destacaram os problemas de pobreza e subdesenvolvimento. Ainda assim, era um conceito bastante impreciso e vasto para abarcar todo o leque de recursos que eram tranferidos para os PVD. Ademais, em termos de doações, não existia quaisquer distinção entre aquele que era público e aquele que era privado. Mas esta onda de “solidariedade internacional” movida pelos problemas de desenvolvimento dos PVD aumentou significativamente os fluxos de ajuda. Porém esta demonstração de solidieriedade não era movida somente por motivações de ordem moral. Atrás do discurso político da solidieriedade escondia-se a intenção de influenciar politicamente os países receptores da ajuda. Veio a tona motivações económicas e políticas, próprias da Guerra Fria, fazendo da ajuda um meio para disputar ideologias (Andrade, 2003).

O dilema de saber se o objetivo principal da ajuda era o de carácter económico ou o de carácter social marcou a evolução das orientações estratégicas dos programas de apoio ao desnvolvimento. Nos anos 70 os fluxos de ajuda passam de apoio ao crescimento económico para a redistribuição e o combate à pobreza. No entanto, já nos anos 80 esse quadro reverte-se novamente, devido a crise da dívida¹¹ que conduziu aos planos de

¹⁰ Intitulado de fluxo acelerado de capital e assistência técnica para os países em desenvolvimento, esta resolução decretava:” (...) a esperança de que o fluxo de assistência e capital internacional aumentaria de forma substancial de modo a atingir aproximadamente um por cento dos rendimentos nacionais dos países economicamente avançados;(...)”

¹¹ Crise da dívida foi uma sucessão de problemas económicas que atingiu a América Latina no ano de 1982, provocando a queda da renda, diminuição do emprego e aumento da inflação até meados de 1989.

ajustamento estrutural¹², colocando novamente as preocupações financeiras em primeiro plano. Na segunda metade da década de 90 nota-se uma deslocação de recursos a favor do “bloco social”, primeiramente, através do apoio à agricultura e à indústria e em segundo, através de intervenções económicas de carácter mais geral. Consequentemente as necessidades sociais dos países em desenvolvimento ganham novamente maior atenção da comunidade internacional. Recentemente o cenário é diferente, a esfera económica encontra-se novamente no quadro de prioridades da APD. Entretanto, a APD tem procurado novas áreas de intervenção e novos sectores têm sido agregados na agenda da ajuda, sendo um dos mais importantes o do ambiente, por se revelar numa verdadeira preocupação no que toca ao desenvolvimento. Para além das preocupações ambientais, áreas como a migração, o comércio, a ciência e a tecnologia começam a autonomizar-se como um novo sector de intervenção da ajuda (Monteiro, 2010, pp.37-47).

1.1.2. Tipologias

Segundo Andrade (2003) pág 24, a APD tem duas vertentes, bilateral e multilateral. A ajuda bilateral, é quando o acordo e fornecimento da ajuda ocorrem diretamente entre dois Estados, cuja implementação é feita por agências oficiais de cooperação, via subcontratação. A ajuda multilateral, por sua vez, pode contar com a contribuição de vários países, sendo o fornecimento dado por intermédio de uma organização internacional, ou agência especializada, que também estará capacitada para a sua implementação.

Para além destas duas vertentes, Gomes (2007, p.2), atribuí outras à APD, de salientar: a ajuda privada, que se refere a qualquer tipo de ajuda concedida por entidades privadas, desde bancos à médias e grandes empresas, como as multinacionais ; a ajuda ligada, que limita o país receptor a adquirir os equipamentos necessários - tanto para apoio técnico como para bens de consumo - no país que lhe concede a ajuda ou num grupo de países específico; a ajuda não-ligada, que não condiciona a concessão da ajuda, deixando que a

¹²O ajustamento estrutural trata-se de uma medida imposta pelo FMI, como condição para a concessão de empréstimos aos países endividados, durante a crise de 1982. Os principais objetivos do FMI era garantir o reembolso da dívida contraída; estabelecer reformas estruturais visando a liberalização da economia, abertura aos mercados internacionais e a redução da presença do Estado; e permitir progressivamente aos países endividados o acesso aos empréstimos por via de mercados financeiros. (Gottiniaux et al, 2015, p.9)

aquisição de bens, serviços e equipamentos necessários seja feita em países a escolha do país receptor; e por último, a ajuda voluntária, prestada por pessoas civis, geralmente por intermédio das Organizações Não Governamentais (ONGs).

1.1.3. Modalidades

Conforme Solano (2012, p.29), de um modo geral a APD pode ser descrita em quatro tipos, a saber:

- Fluxos financeiros, referem-se a fundos e contribuições dos países doadores, concedidos através das agências internacionais a que pertencem e provenientes do setor público, geralmente revestindo a forma de doações (de carácter não reembolsáveis), empréstimos e créditos suaves (de carácter reembolsáveis) ambos a longo prazo e de escassos interesses.

Os fluxos financeiros envolvem ainda fundos de ajuda humanitária para apoio social dos mais necessitados, na maioria das vezes em situações de emergência - desastres naturais –, através de programas especializadas. O Programa Alimentar Mundial (PAM)¹³ é um dos que se compromete com esses fluxos, visando principalmente erradicar a fome e a desnutrição.

Uma vez processada por meio de programas que são projetadas em direção a um objetivo específico, a ajuda aparece sob diferentes modalidades, pois cada objetivo requer um tipo de assistência. Neste caso, e como destacado pelo autor, o objetivo essencial desta modalidade é contribuir para o progresso económico dos países em vias de desenvolvimento, de modo a melhorar a qualidade de vida das suas populações, no que toca ao acesso a bens e serviços básicos.

- Remissão ou Alívio da Dívida Externa, trata-se de uma modalidade de APD em funcionalidade desde 1990 impulsionado com a criação do

¹³ O Programa Alimentar Mundial (PAM) ou Programa Mundial de Alimentos (PMA) foi estabelecido em 1961, a pedido do presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, para ser pivô de uma experiência de fornecimento de ajuda alimentar através do sistema da ONU. Em 1965, após cumprir várias missões de ajuda de emergência, de reabilitação e desenvolvimento, o PAM foi consagrado como um programa da ONU de pleno direito. Atualmente é considerado a maior agência humanitária do mundo. Ver informação disponível em: <https://www1.wfp.org> consultado em 17/04/19

Comité para Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM)¹⁴, que contrariando as políticas de ajuste estrutural aplicadas aos países pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), visava acabar com a espiral do endividamento e estabelecer modelos de desenvolvimento socialmente justos e economicamente sustentáveis.

- Bolsas de Estudo, trata-se de um dos componentes básicos da assistência de ordem técnica, que busca resumidamente qualificar, habilitar e capacitar o Capital Humano dos países em vias de desenvolvimento em áreas específicas e de alta prioridade nacional, disponibilizando conhecimento e experiências profissionais que os colocará em contacto com métodos e técnicas avançadas e inovadoras.
- Assistência técnica, traduz-se na transferência de tecnologia e fornecimento de pessoal qualificado e especializado com o objectivo de tornar possível a concretização de projetos nacionais e assim impulsionar o desenvolvimento económico e social.

No caso de Cabo Verde, por ter pertencido a categoria dos PMA, desde a sua independência até 2010, beneficiou do regime especial, destinado a ajudar os PMA através do Programa Alimentar Mundial, do financiamento das ONG, e dos programas fornecidos para o desenvolvimento socioeconómicos do país, nomeadamente na construção de infraestruturas, educação (Vieira, 2012, p.32).

Até 2008, a APD foi concebido à Cabo Verde maioritariamente sobre forma de donativos, incluindo o apoio orçamental, a ajuda alimentar e doações diretas. Todavia, a partir de 2009, a maior parte dos fluxos de APD passa a ser canalizada para o financiamento de projetos do governo, na vertente de empréstimos, isto é, através da contratação da dívida pública externa (PEDS, 2017-2021, p.45).

¹⁴ O Comité para Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM) é uma rede internacional, que surgiu em 1990 como resposta ao apelo feito em Paris, em 1989 para a anulação da dívida extrema dos países em desenvolvimento, que após a crise da dívida de 1982 viram-se engolidos por desigualdades, pobreza em massa, injustiças e problemas ambientais. Ver informação disponível em: <http://www.cadtm.org/Acerca-de-CADTM> Consultado em 11/04/19

1.1.4. Motivações

As motivações são de diversas ordens, de acordo com o interesse e objetivo que se pretende alcançar ao conceder a ajuda. Assim sendo, mais uma vez destacamos o trabalho de Gomes, (2007, p. 1), que destingue as motivações em 4 ordens, a saber:

- De ordem Humanitária, quando a ajuda é concedida com o intuito de solucionar acontecimentos alarmantes - no caso de desastres naturais, epidemias, etc - que possam colocar em risco a vida e o bem-estar das populações dos países menos avançados;
- De ordem estratégico-política, sendo que a ajuda uma vez transferida pode ser propícia para estabilizar politicamente o país que a recebe, como também para expandir a área de influência do país que a concede;
- De ordem histórica, dado ao fato do destino das doações de APD serem principalmente as antigas colónias dos países doadores. Temos como exemplo as doações de Portugal à Cabo Verde enquanto sua excolónia.
- De ordem económica, quando a ajuda se resume numa acção recíproca entre disponibilização de tecnologia de ponta por parte dos doadores e fornecimento de matérias primas por parte dos beneficiários

1.2. Ajuda Pública ao desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento (PVD)

Nas várias definições sobre a ajuda externa, os países em vias de desenvolvimento são o principal objeto. Nessa relação, de dimensão bilateral ou multilateral, entre doadores e recetores, os países em vias de desenvolvimento ocupam sempre o lugar de beneficiários. A questão que sempre se levanta quando se fala da APD nos países em vias de desenvolvimento é a cerca da sua eficácia, isto é, o seu real papel para o progresso e desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento. Coloca-se sempre em debate se a ajuda externa nesses países produz efeitos negativos ou positivos. As opiniões e os respetivos argumentos dividem-se.

Um exemplo específico que avalia como negativo os resultados da ajuda externa em países em desenvolvimento, neste caso em Moçambique, é o trabalho de Nipassa (2009),

autor já citado, que demonstra que após 20 anos sendo alvo da ajuda externa o país não alcançou o desenvolvimento que se esperava da ajuda externa e tão pouco conseguiu reduzir a pobreza, continuando o país na lista dos mais pobres do mundo.

A África, em geral, tem registrado muitos problemas com a ajuda externa, e razões para pessimismo são abundantes: históricos de dependência, um fenómeno típico dos países da África Subsaariana apontados como sendo os mais dependentes da ajuda em todo o mundo, dado ao facto da dificuldade em obter fontes alternativos de financiamento; a ajuda a revelar-se para muitos como uma expressão de projetos imperialistas do Ocidente, podendo ser incluído as pretensões chinesas, como uma nova forma de imperialismo tirando partido das vulnerabilidades da África Subsaariana e do seu fraco poder de troca; a notável má repartição da ajuda, quando os doadores têm destinos preferenciais. Enfim, um aglomerado de factos que tornam o pessimismo quanto a ajuda ao desenvolvimento cada vez mais convincente. Não obstante esses aspetos negativos, a ajuda pública ao desenvolvimento é vista por muitos como a única fonte realista e confiável de financiamento externo em África. Mesmo assim, os problemas com a ajuda ao desenvolvimento em África continuam sendo um facto. E é facto o constante enfraquecimento dos Estados e a consequente impossibilidade dos mesmos em criar estratégias próprias de desenvolvimento de longo prazo quando a ajuda é condicionada e induz a incentivos inapropriados. Como é também facto a perda de espaço político, enquanto preço alto a pagar pelos países da África Subsaariana para terem acesso a assistência ao desenvolvimento ocidental (Pons-Vignon, 2010, pp.15-16).

A eficácia da ajuda externa nos países em desenvolvimento muito depende da superação de vários obstáculos, como interesses próprios, corrupção, falta de vontade política, excesso de dependência, falta de transparência, entre outros. Esses aspetos uma vez ignoradas no processo da concessão de ajuda, ao invés de proporcionar o desenvolvimento dos países recetores poderá produzir um efeito inverso, isto é a estagnação dos mesmos. Porém, não obstante esses inconvenientes com os quais a ajuda externa poderá deparar o autor admite que a mesma tem aumentado significativamente nos últimos anos e que se tem criado vários critérios para que os resultados sejam cada vez mais eficazes (Solano, 2012, pp.23-24).

No caso de Silva (2013, p.34), os seus estudos sobre este tema concluíram que há uma associação negativa entre o crescimento económico dos países em vias de

desenvolvimento, mais especificamente dos da CEDEAO, e a ajuda externa. Ele argumenta que a ajuda externa diminuí o PIB *per capita* dos países da CEDEAO e isto deve-se ao fato da ajuda externa ter um papel muito fraco no crescimento económico dos mesmos. Para ele as razões deste insucesso devem-se não só à insuficiência económica e à instabilidade política desses países, como também da própria política externa dos doadores.

Uma outra razão pela qual a ajuda externa não contribui de maneira significativa para o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento, é a possibilidade de atividades improdutivas de alguns regimes serem por ela financiadas. Nem sempre a ajuda é usada de forma adequada, pois a falta de habilidades técnicas ou administrativas dos beneficiários acaba encaminhando a ajuda para outros fins que não são os que a conceberam. Acontece que os benefícios são, em casos como estes, utilizados para financiar projetos mal planeados e consequentemente os efeitos são destrutivos e improdutivos. Entretanto, em certos aspetos a ajuda externa se tem traduzido num grande apoio para os países em desenvolvimento. Quando muitos deles não dispõem de fundos suficientes para fornecer bens públicos, como sistemas de educação e transporte ou redes de água potável e águas residuais, a ajuda externa entra em cena provendo-os. A fraca contribuição por parte dos investidores privados na disponibilização desses bens, muitas vezes pelo facto de terem uma taxa de retorno económico muito incerta, é, portanto, compensada pela ajuda externa, que atuando como substituto para o capital privado fornece fundos para investimentos em bens públicos necessários para o desenvolvimento (Reci, 2014, pp.125-126).

Por outro lado, se em alguns aspetos a ajuda não consegue ter a utilidade que era suposto ter, em outros a ajuda pública quando desprovida de interesses egoístas e alocada da melhor forma, pode revelar-se bastante útil em aspetos básicos e cruciais para o desenvolvimento e crescimento económico de um país. Segundo Shah (2005), a ajuda pública pode sim ser eficaz em aspetos como:

- a) Evitar a fome e desnutrição, pois ainda que não acelere diretamente o processo de desenvolvimento permite que as nações menos desenvolvidas tenham acesso a recursos financeiros que internamente não conseguem gerar;
- b) Investir mais do que poupanças ao serem capacitadas através da ajuda externa a preencherem a lacuna entre o nível de poupança e o nível de investimento

- necessário e a empreender novos projetos para seu desenvolvimento e prosperidade;
- c) Quebrar o círculo vicioso da pobreza dando origem a formação de capital para elevar o nível de poupança e melhorar a economia desses países;
 - d) Progresso tecnológico mediante a transferência de capital físico e financeiro para países em desenvolvimento, bem como o know-how técnico, pessoas altamente qualificadas, com experiência administrativa e técnicas avançadas de produção. Proporciona oportunidades para o trabalho local ser treinado em novas habilidades. Assim, a ajuda externa ajuda a acelerar a taxa de crescimento econômico no país beneficiário do auxílio;
 - e) Construção de infraestrutura básica, pois muitos países em vias de desenvolvimento não conseguem produzir internamente o capital necessário para investir em projetos de infraestrutura básica e, portanto, não conseguem estabelecer uma base sólida para o crescimento económico do país, neste caso esse capital pode ser construído através da ajuda externa;
 - f) Aumento das oportunidades de emprego, ajudando a construir capital de despesas gerais; estabelecer novas indústrias, pela utilização de recursos naturais ociosos ou outros e pela abertura de regiões inacessíveis. Geralmente a importação de bens de capital possibilitada pela ajuda externa ajuda a aumentar as oportunidades de emprego nas áreas urbanas.

Em suma, a APD só serve efetivamente os países recetores da mesma, se corresponder às suas necessidades e contribuir para aumentar a sua capacitação (Pinto, 2009, p. 150).

1.3. Ajuda Pública e o desenvolvimento de Cabo Verde

A ajuda pública ao desenvolvimento é uma questão de maior relevância para Cabo Verde. Tem-se revelado crucial para o desenvolvimento do país desde o passado. De relembrar que o país já foi, em tempos, considerado um país inviável, condenado por uma forte insularidade a combinar com a escassez de recursos. Fatores que por si só já limitavam o seu desenvolvimento. Porém, neste capítulo interessa-nos falar da APD em Cabo Verde, enquanto país soberano.

Segundo Martins (2009, pp.70-71), Cabo Verde, desde a independência, sempre beneficiou da ajuda pública ao desenvolvimento, principalmente a nível de donativos e empréstimos em termos concessionais, isto é, Cabo Verde, a nível económico, teve e continua a ter uma forte dependência do exterior, principalmente da ex-Metrópole. O apoio internacional revelou-se e continua a revelar-se de carácter importante, principalmente no fornecimento de produtos alimentares essenciais e que o arquipélago não consegue produzir de forma a garantir as necessidades diárias da população.

Conforme constata Cardoso (2002, p.150), avanços alcançados no que diz respeito ao desenvolvimento e viabilidade de Cabo Verde devem-se em grande parte à ajuda externa. Constatação que a autora faz tendo em conta o histórico da cooperação da União Europeia em Cabo Verde, maioritariamente sob a forma de APD na década de 90. No que toca ao desenvolvimento de Cabo Verde, neste período a ajuda externa foi crucial, teve um efeito importante na sua dinamização, tanto que Cabo Verde atingiu indicadores económicos e sociais positivos e deixou de pertencer aos países mais pobres. A ajuda bilateral teve igual importância e efeitos potenciados, contribuindo para o desenvolvimento de capacidades internas ao ser pautada segundo princípios que exigiam que o país definisse as suas prioridades de desenvolvimento e que participasse na sua execução. Ainda que uma ajuda sob condições os efeitos revelaram-se mais rápidos e a dependência atribuída a esta ajuda enfraqueceu.

E por falar em dependência Tavares (2010, p.170), acha imprescindível evitar que o desenvolvimento do país fique cada vez mais dependente do exterior, isto é, deve ser estabelecida uma medida certa de modo que o país possa adquirir maiores competências para produzir e gerar riquezas internas e consequentemente diminuir a dependência externa. Mudanças são, neste caso, necessárias para evitar estagnação.

A ajuda externa em Cabo Verde é, segundo Vieira (2012, pp.31-32), um dos principais pilares de desenvolvimento do país. Tem sido um importante fator de sobrevivência, sustendo o desenvolvimento durante a trajetória do país, ou seja, desde a sua independência até a sua saída da categoria de países menos avançados. Diferente dos que apelam para uma nova fase no que diz respeito a concessão da ajuda externa ao país, a autora demonstra que essa concessão já sofreu mudanças juntamente com o avanço e desenvolvimento do país e que, portanto, se antes a ajuda externa em Cabo Verde se resumia numa relação de doador e beneficiário, ultimamente evoluiu para uma relação de

cooperação e negociação. Ao contrário daqueles que acham que a nível internacional a ajuda externa só tem aumentado a dependência do país, para a autora o país tem conseguido aproveitar essa ajuda para aumentar a sua competitividade, deixando de viver apenas na sombra dos benefícios. Ela acrescenta ainda que a ajuda externa que Cabo Verde tem vindo a receber, tem persistido não somente pelo fato de ser um país escasso de recursos, mas por aspirar confiança aos doadores através da boa gestão da ajuda que lhe é concedida.

Nesta mesma linha Martins (2009, p. 73), ressalta que, “se for tido em conta que neste tipo de ajudas se verifica que uma parte do financiamento se destina a promover a educação, como se pode constatar no IDH de Cabo Verde, a APD tem funcionado porque o país tem sabido usar bem as ajudas concedidas por parte de Portugal e pelo resto do mundo”.

Por seu turno Furtado (2017, p.187), fala da ajuda externa em Cabo Verde como sendo um mecanismo histórico a qual o país teve de recorrer enquanto país recém-independente e vulnerável. Este mecanismo ajudou o país a suprir muitas das limitações ao desenvolvimento que enfrentava. Diz ainda, que através da Ajuda pública ao desenvolvimento o país tem-se beneficiado de montantes substanciais, sendo um dos principais recetores da ajuda da sua sub-região oeste africana.

O autor reconhece os alcanços no desenvolvimento que foram possíveis graças a ajuda externa, como por exemplo, na criação e modernização de infraestruturas, para além da reputação alcançada na cena internacional pela boa gestão feita da ajuda. Porém, ele também admite que a recorrência contínua a este mecanismo tem agravado o nível de dependência da qual não será tão facilmente libertada. Segundo o autor, isso tem revelado num ciclo vicioso que não tem permitido ao país procurar outros meios para promover um desenvolvimento sólido, capaz de lidar com situações económicas e financeiras inesperadas.

1.4. Cooperação internacional, Ajuda pública e Desenvolvimento

A cooperação internacional é uma ideia relativamente nova ainda em busca de consenso quanto ao uso correto do termo, pois ao longo dos anos este conceito tem sido confundido com APD. Existem vários argumentos tentando evitar que os dois termos sejam confundidos. Um dos argumentos é que nem todo o montante de recursos doado de um país para o outro está no âmbito das agências oficiais da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), como é o caso daqueles doados para fins militares, e, portanto, não são oficializados como CID. No entanto, são considerados APD (Tomesani, 2017, p.74).

Cooperação internacional para o desenvolvimento, conforme a definição da OCDE, é uma transferência de recursos de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento (característico da cooperação Norte-Sul), o que significa que esse mesmo ato ao suceder entre países da mesma categoria de desenvolvimento é excluída dessa atribuição. Neste contexto, o termo “ajuda externa” seria mais apropriado (Lancaster, 2008).

Um trecho do livro da Comissão Europeia *sobre compreender as políticas da União Europeia: Desenvolvimento e Cooperação*, 2014 p.3, fala da APD como sendo uma “manifestação de solidariedade”. Esta expressão levou-me a acrescentar que a ajuda pública ao desenvolvimento e a cooperação ao desenvolvimento não se confundem não só pela distinção da categoria de doador ou beneficiário, mas sim pela reciprocidade existente ou não nessa interação. A cooperação ao desenvolvimento, como o próprio nome já diz, requer um dar e receber, trata-se de uma ação mútua em que ambos os lados se comprometem a cooperar, segundo procedimentos que oficializam o comprometimento de ambos, seja através de um tratado - Tratado de Amizade e cooperação PT/CV, 2010 - ou mediante acordo - Acordo sobre a Facilitação de Vistos UE/CV, 2008 - ao passo que a ajuda pública, pelo menos teoricamente, deve ser desprovido da espera de retaliação, já que se trata desse ato de solidariedade.

Porém, ainda que desprovida da necessidade de um retorno material, a APD requer uma retribuição de confiança por parte do beneficiário, alocando com responsabilidade a assistência recebida, de modo a zelar pela satisfação dos interesses do país beneficiário, aos quais se destinaram a iniciativa do doador. Neste contexto subscrevo Gomes (2007):

“Muito resumidamente, a ajuda pública ao desenvolvimento constitui, de certa forma, um instrumento de combate à pobreza, tanto a nível local, regional ou global, desde que impere um ambiente de confiança mútua entre o doador e o beneficiário, isto é, desde que ambos, mas sobretudo o último, se manifestem responsáveis no respeito e no cumprimento das obrigações ou compromissos assumidos a nível internacional.”

A propósito, a autora diferencia a ajuda de cooperação afirmando que a cooperação é biunívoca, se tratando de uma busca de satisfação mútua dos interesses específicos de ambos os Estados envolvidos, ou seja, exige reciprocidade, enquanto que a ajuda é unívoca, isto é, apenas envolve o país doador, o que explica a designação atribuída à ajuda de “investimento sem contrapartida”.

Por outro lado, é importante acrescentar que os aspetos que os diferenciam não os tornam insociáveis. Ora, a cooperação internacional, para além de prosseguir quase os mesmos fins que a ajuda pública, como o desenvolvimento, é a condição *sina-qua-non* da ajuda pública. A autora o confere ao afirmar que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) constitui uma forma particular de Cooperação para o Desenvolvimento.

A cooperação para o desenvolvimento é um conceito mais amplo, que não se limita ao carácter público/estatal que a OCDE confere a APD, pois além de englobar a APD propriamente dita, inclui também a ajuda não governamental e transferências não só publicas como também privadas. A APD pode ser realizada sob a forma de ajuda bilateral que é a acordada por dois Estados ou multilateral em que participam vários Estados, através de organizações internacionais. A cooperação pode ainda ser um meio para efetuar a APD, enquanto mecanismo de implementação, neste caso da ajuda bilateral, que requer para sua implementação a participação de agências oficiais de cooperação (Andrade, 2003).

1.5. Desenvolvimento e Crescimento económico

Sempre que se fala em ajuda externa põem-se em causa o desenvolvimento e o crescimento. Estes dois conceitos tem sido alvos de muita controvérsia a cerca da aproximação dos seus significados. Num tema como este, em que o desenvolvimento e o crescimento são os mediadores da sua eficácia, é importante compreender quando é que estes conceitos se confundem e quando é que se tratam de critérios distintos de avaliação.

O conceito de desenvolvimento só se oficializou enquanto tal no século XX, tendo sido a carta constitutiva das Nações Unidas ¹⁵um dos primeiros textos a referir-lhe oficialmente. No período pós-segunda guerra o conceito de desenvolvimento estava ligado à noção de crescimento, chegando os dois termos a serem utilizados indiferentemente. Só mais tarde os dois termos foram distinguidos ao referir-se ao conceito de crescimento como uma noção quantitativa atribuída ao aumento regular do produto nacional a preços constantes e o conceito de desenvolvimento como uma noção qualitativa associada ao desejo de mudança social que passava pelo melhoramento da qualidade de vida das populações. Com o conceito de desenvolvimento ganhando novas dimensões, uma social e outra política para além da dimensão económica, no final da década de noventa já se falava em desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano (Proença, 2009, p.9).

Para o PNUD o desenvolvimento significa alargar as escolhas humanas atribuindo maior importância à riqueza das vidas humanas, ao invés de reduzi-las à riqueza das economias.¹⁶ Neste caso, desenvolvimento não se reduz em ter recursos económicos suficientes, há que dispor de recursos humanos potenciados e garantir a melhoria da qualidade de vida humana. Daí o destaque que se têm dado ao conceito de desenvolvimento humano.

“Hoje, o desenvolvimento é um conceito mais amplo do que apenas o crescimento económico. Espera-se criar condições para a realização do potencial humano, trata-se de como o “bolo deve ser cortado” para melhorar a vida das pessoas” (Nunes, 2013).

¹⁵ A *Carta das Nações Unidas* foi assinada em 26 de junho de 1945, em São Francisco, por 51 países, na conclusão da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, e entrou em vigor em 24 de outubro de 1945.

¹⁶ Hdr.undp.org/en/humandev

Com a visão atual do desenvolvimento, será caso para dizer que o crescimento económico é apenas um componente do desenvolvimento, ou melhor dizendo, uma ponte para se alcançar o progresso humano?

Falar do desenvolvimento de um país é falar das mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social ocorridos nesse país. Porém, tais mudanças só acontecem quando há crescimento económico, ou seja, quando há um aumento da capacidade produtiva da economia que se mede pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB), per capita. Desenvolvimento é, neste caso, crescimento transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras (Oliveira, 2002).

Existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento económico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento económico, dado ao fato que o desenvolvimento económico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais. Pereira (2008), entende as duas expressões como sinónimas, exceto quando o crescimento económico é definido como simples aumento da renda per capita. Neste caso, segundo o autor, crescimento económico não se confunde com desenvolvimento económico porque há casos em que a produção média por habitante aumenta, mas mesmo no longo prazo não há aumento generalizado dos salários e dos padrões de consumo da sociedade. Explica que podem existir circunstâncias nas quais o crescimento da renda per capita não envolve essas transformações e não configuram, portanto, desenvolvimento económico. É caso de países cuja renda per capita cresce devido à exploração de um recurso natural de que esse país é muito bem-dotado, mas não há transformações estruturais na economia. Um país pode ser rico em termos económicos e portanto, apresentar bons resultados em termos do seu crescimento económico, mas ser pobre em termos sociais, culturais, ambientais, etc e neste caso, não possuir um bom desenvolvimento. O Desenvolvimento de um país não inclui apenas valores económicos.

Capítulo II - Graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio (PRM)

Durante três décadas, Cabo Verde pertenceu à lista dos Países Menos Avançados (PMA). Esta posição deixou de ser uma realidade do país em 2008, ao ser graduado a país de desenvolvimento médio. Ao aumentar continuamente o seu nível de Desenvolvimento Humano (IDH), que em 2004 atingiu o valor de 0.722 (106º posição) e o Rendimento per capita de 1976US\$, dois dos três critérios elegíveis para a condição de país de rendimento médio estavam em comprimento e, portanto, o país estava, segundo a ONU qualificado para esta promoção. O terceiro critério refere-se ao índice de vulnerabilidade económica, que o arquipélago não conseguiu ainda alcançar, mantendo uma "vulnerabilidade acima da média". Um factor que, justifica-se em grande medida, pela insularidade do arquipélago. Antes de Cabo Verde, somente dois países tinham conseguido esta transição. Isto faz do país um dos poucos na categoria de PMA a serem graduados. Na verdade, o segundo dentro das nações Unidas, tendo sido o primeiro graduado o Botswana em 1994. Tal feito pauta como excelente e positivo todo o trabalho que se têm feito na conversão da precária situação em que se encontrava o país no pós independência.

De acordo com o PEC 2008/2011 esta graduação apresentou-se como um desafio a Cabo Verde no seu processo de desenvolvimento, necessitando do apoio continuado da comunidade internacional para que o patamar alcançado não resultasse em quebras ou rupturas, nomeadamente nos aspectos sócio-económicos, cujos índices (IDH e PIB *per capita*) foram o ponto essencial para reunir as condições que permitissem a graduação do grupo PMA. Ainda que em patamar de PRM, o país continuaria exposto aos choques externos e confrontado por múltiplas vulnerabilidades. Daí a necessidade de direccionar a cooperação, nesta fase, ao apoio de áreas estruturantes que pudessem levar à redução da pobreza, de modo a reforçar e consolidar o seu processo de desenvolvimento, e assim alcançar uma graduação efectiva e sustentável, constituindo-se como pólo catalizador e de liderança na região.

Por um lado a graduação de Cabo Verde dos PMA parece representar uma perda de privilégios, uma vez que deixará de beneficiar-se de uma série de ajudas, nomeadamente empréstimos concessionais, o que de alguma forma pode afetar a dinâmica do seu desenvolvimento. Ora, o país ainda está sujeito a fortes vulnerabilidades e desafios, cuja superação dos mesmos têm contado com fortes contribuições de Ajuda Pública ao

Desenvolvimento. E que portanto, seria crucial manter este apoio para que, ao se efetivar esta transição, as condições fossem propícias para tal.

Por outro lado, esta saída deve ser vista como um estímulo para aumentar o esforço interno do país, no que toca a produção e criação de rendimento. Uma mudança que deve ser aproveitada pela sociedade cabo-verdiana como uma oportunidade às suas potencialidades, valorizado e explorado, de forma autónoma os recursos endógenos de que dispõem. Uma oportunidade para Cabo Verde deixar a economia de dependência e abraçar a de mercado. Uma mudança de paradigma em que o arquipélago passará a depender do seu próprio desempenho.

A par das questões que se levantaram a volta dessa iniciativa, é de salientar algumas medidas que foram implementadas durante a fase de transição para que a graduação ocorresse de forma suave e sustentável, evitando que o processo se torna-se reversível. Num primeiro momento, foi criado o Grupo de Apoio à Transição (GAT)¹⁷, integrado pelos principais parceiros de Cabo Verde, que se encarregaria de, mediante estratégias sustentáveis, apoiar os planos de desenvolvimento do país na fase prévia da transição, que correspondeu a um período de três anos. Durante esse período era importante que os apoios internacionais prevalecessem, sendo que tal graduação não era sinónimo de superação das vulnerabilidades do país. Por outro lado, as estratégias envolviam ainda tirar o máximo aproveitamento possível das prerrogativas de que o país continuou a beneficiar como PMA, durante a fase de transição.

1.1. Análise dos indicadores de desenvolvimento e crescimento

É comumente utilizado os seguintes indicadores já acima referenciados designadamente o índice de desenvolvimento humano (IDH) do PNUD (desenvolvimento) e o crescimento *per capita* da economia (crescimento). A bibliografia consultada leva-nos a distinção seguinte:

¹⁷ O GAT integra todos os parceiros bilaterais e multilaterais de Cabo Verde, nomeadamente Portugal, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, EUA, China, Áustria, BM, BAD, União Europeia e o Sistema das Nações Unidas e visa apoiar Cabo Verde até 2015, através de financiamento concessionais. Reúne-se uma vez ou duas vezes por ano para discutir, juntamente com o Governo, as diretrizes de desenvolvimento do país e das estratégias de apoio dos seus parceiros. Ver informação completa em: <http://www.un.cv/ajuda.php>

1.1.1. Índice de Desenvolvimento humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador que permite calcular o grau de desenvolvimento económico, bem como o seu impacto na qualidade de vida da população de um país. É uma medida, através da qual se faz a avaliação de um país, em matéria de três factores básicos do desenvolvimento humano, nomeadamente, o índice de educação, a longevidade e o rendimento *per capita*. Estes três factores, por sua vez são calculados tendo em conta:

-**A esperança média de vida**; número de anos que um recém-nascido poderia esperar viver, se os padrões prevalentes de taxas de mortalidade específicas por idade no momento do nascimento permanecem os mesmos durante toda a vida do bebê.

-**Taxa de escolaridade**; número de anos de escolaridade que uma criança em idade escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrícula específicas por idade persistirem ao longo da vida da criança.

-**Taxa de analfabetização**; número médio de anos de educação recebidos por pessoas com 25 anos ou mais, convertidos de níveis de escolaridade usando durações oficiais de cada nível.

-**Renda Nacional bruto (RNB) per capita**; renda agregada de uma economia, gerada por sua produção e sua propriedade de fatores de produção, menos os rendimentos pagos pelo uso desses fatores de produção dessa propriedade ao resto do mundo. Calcula-se usando a taxa do poder de compra, dividida pela população no meio do ano.

Utilizado pela primeira vez em 1990 pelos economistas mahbub ul haq¹⁸ e Amartya Sen¹⁹, o IDH tem sido tema de relatórios anuais do PNUD desde 1993, no apuramento das realizações de vários países do mundo no que toca ao desenvolvimento humano.

O IDH varia numa escala de 0 a 1, e o valor apresentado por cada país permite distinguir se o país é subdesenvolvido, em vias de desenvolvimento ou desenvolvido. Sendo assim, é considerado país de desenvolvimento humano baixo aquele cujo valor de IDH for

¹⁸ Mahbub ul Haq foi um influente e renomado economista paquistanês, pioneiro da teoria do desenvolvimento humano e criador do Relatório de Desenvolvimento Humano usado pelo PNUD.

¹⁹ Amartya Kumar, ex Presidente Honorário da OXFAM é um economista e filósofo indiano, membro sénior da Harvard Society of Fellows e professor em universidades reconhecidas dos EUA como Oxford e Harvard. Foi, até 2004, o Master da Trinity College em Cambridge.

inferior a 0,500, (geralmente classificados como países pobres); país de desenvolvimento humano médio aquele cujo valor de IDH é igual ou superior a 0,500, mas inferior a 0,800, (geralmente classificados como países em desenvolvimento) e país de desenvolvimento humano alto, se o valor de IDH for igual ou superior a 0,800 (geralmente classificados como países bem desenvolvidos)

De acordo com a média dos últimos dados apurados (dados estatísticos do PNUD 2018, referente ao ano de 2017), de 189 países, o IDH mundial é de 0,728. No Ranking de IDH a Noruega ocupa o primeiro lugar com o maior índice de desenvolvimento humano a nível mundial, cujo valor é de 0,953. Em última posição está o Níger com o desenvolvimento humano mais baixo de todos, cujo valor foi classificado de 0,354.

No que concerne a Cabo Verde, os dados de IDH mais recentes são referentes ao ano de 2016, e apontam para o valor de 0.648, e portanto, é classificado como país de desenvolvimento humano médio. De lembrar que tal classificação foi um dos critérios que deu ao país o passaporte de saída da lista dos países menos avançados em 2008. Em relação ao ranking de IDH Cabo verde ocupa a 122ª posição entre 188 países a nível mundial e a 10ª posição na lista de IDH dos países da África, segundo dados de 2014.

1.1.2. Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*

O crescimento *per capita*, também conhecido por PIB *per capita*, por sua vez, é um indicador económico que mede a relação entre o nível de rendimento do país e sua população. Calcula-se, dividindo o produto interno bruto pelo número de habitantes de um país. É a soma de todos os bens serviços de um país, e quanto maior for o PIB, mais demonstra o quanto esse país é desenvolvido, podendo ser classificado entre país pobre, rico ou em desenvolvimento. Este indicador tem sido utilizado para estabelecer comparações entre o nível de riqueza de diferentes regiões e países.

Apesar da sua importância no que concerne a verificação do crescimento económico de um país, este indicador apresenta certas limitações, como o facto de não considerar o nível de desigualdade de renda das sociedades e aspetos tais como o desenvolvimento, a educação e a saúde. Daí que para melhor perceber como o rendimento de um país reflete na qualidade de vida da sua população recorre-se ao indicador do Índice do

Desenvolvimento Humano (IDH), o qual envolve indicadores da educação, e saúde, como forma de relacionar os valores económicos do PIB *per capita* com os valores sociais de um país e conseguir conhecimentos mais aprofundados sobre a realidade social dos países em avaliação.

Em Cabo Verde o PIB per capita tem crescido consideravelmente, registando uma subida constante desde a década de 1980. A evolução dos seus sectores de atividades e consequentemente o crescimento a nível geral que o país tem registado têm ditado as subidas constantes do rendimento per capita.

Ainda que o seu crescimento seja favorável, Cabo Verde continua a ser um país vulnerável a choques internos e externos dado a sua condição de pequeno estado insular e ainda, devido a sua elevada dependência ao exterior. E não obstante essas vulnerabilidades, o país nunca registou taxas de crescimento negativas.

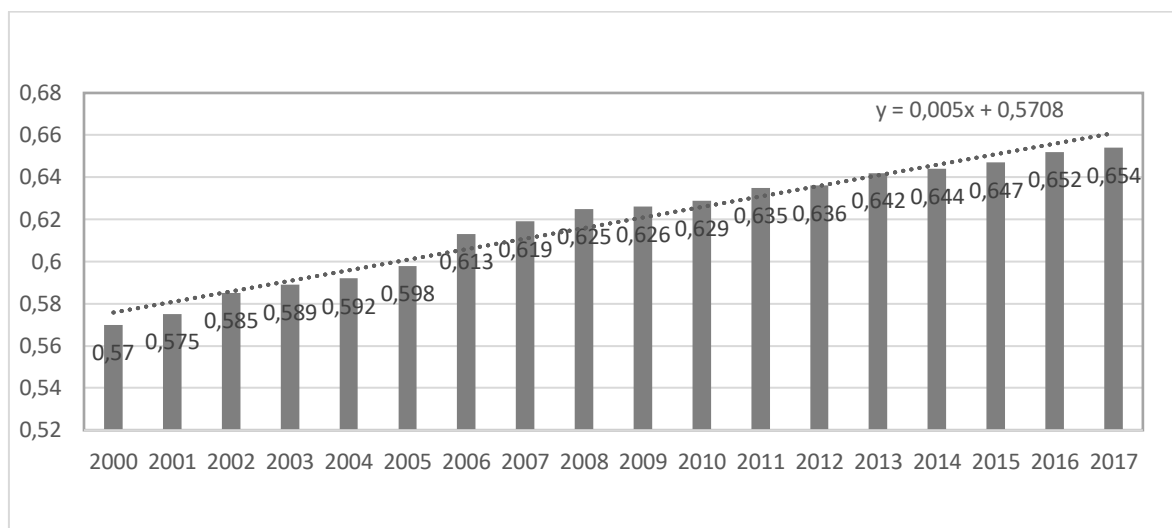
1.2. Evolução do IDH de Cabo Verde

Através da análise evolutiva do Índice de Desenvolvimento Humano é possível ter uma noção de como tem sido a dinâmica do desenvolvimento de Cabo Verde nos últimos 17 anos, bem como o seu impacto nas áreas da educação e da saúde.

No ano 2000, em relação ao Ranking de IDH, Cabo verde ocupava a 100ª posição, passando para a 125ª posição atualmente entre 189 países e territórios. Ou seja, subiu 22 posições na lista de IDH. No entanto, pode-se dizer que é uma posição contraditória, uma vez que o seu valor tem aumentado continuamente.

De acordo com o gráfico número 1, o Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde aumentou de 0,570 em 2000 para 0,652 em 2017 (estimativa), o que significa um aumento de 14.7 pontos percentuais.

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano de CV (2000-2017)



O IDH tem aumentado gradualmente, conforme se pode ler na equação da recta ($Y=0.005x + 0.57$), cujo declive é positivo e equivalente a 0.005. Tal como se pode notar, o valor mais baixo foi registrado no ano 2000, onde se inicia o intervalo delimitado, e o mais elevado o de 2017, que é o ano que o encerra.

Portanto, durante este intervalo de tempo não se notou nenhuma tendência de queda no IDH. A ascensão tem sido contínua, conforme ilustrado pela linha de tendência do gráfico.

Pode-se dizer que essa tendência é também, um reflexo dos ganhos do país em termos do acesso à educação e melhorias na área da saúde. Pois, isso tudo acaba tendo um impacto positivo, conduzindo a um progresso constante no desenvolvimento humano de Cabo Verde.

No grupo de países de desenvolvimento humano médio, o qual Cabo Verde é considerado, Cabo Verde tem-se graduado pouco a pouco, tendo passado da 47ª posição (de 77 alistados) em 2000 à 13ª posição (de 39 alistados) em 2016 (últimos dados reais sobre IDH).

Em termos de Desenvolvimento Humano, Cabo Verde tem alcançado valores bastante aplaudíveis e que estão acima da média de alguns grupos de países a que pertence, sendo

o caso do valor de IDH atingido em 2017 (0,654) que está acima da média dos países em desenvolvimento (0,645) e da região Subsaariana (0,537)

Tabela 1 - IDH de Cabo Verde comparado com o IDH do restante dos PALOP (2017)

PALOP	IDH	RANK	Esperança Média de vida (anos)	Taxa Escolaridade (anos)	Taxa Alfabetização (anos)	RNB per capita (USD)
Cabo verde	0.654	125	73	12.6	6.1	5983
São Tomé e Príncipe	0.589	143	66.8	12.5	6.3	2941
Guiné Equatorial	0.591	141	57.9	9.3	5.5	19513
Guiné Bissau	0.537	177	60.7	10.1	5.6	3399
Angola	0.581	147	61.8	11.8	10.2	5790
Moçambique	0.437	180	58.9	9.7	3.5	1093

Fonte: Banco de dados do PNUD

Em relação ao grupo dos PALOP, o IDH de Cabo Verde é o mais elevado de todos, estando a 16 posições de distancia do segundo país com melhor IDH do grupo, neste caso Guiné Equatorial. Quanto aos indicadores do IDH, Cabo Verde perde somente a taxa de analfabetização para Angola e RNB per capita para Guiné Equatorial. Moçambique é o país com IDH mais baixo do grupo, bem como em todos os outros indicadores, assumindo assim a última posição da lista. São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial são os que mais se aproximaram de Cabo Verde no rank de 2017, ocupando respectivamente, a 143º e 141 posição.

Estas análises servem para enfatizar e reafirmar as motivações que projetaram o país ao patamar de país de desenvolvimento médio. Pois valores referentes ao IDH serviram de trampolim ao país, ressaltando aos olhos da comunidade internacional, em 2008, o bom desempenho que Cabo Verde tem vindo a demonstrar quanto a promoção do seu desenvolvimento, ainda que condicionado por diversas vulnerabilidades enquanto estado insular. Com estes resultados foi possível enxergar que Cabo Verde tinha atingido um novo ciclo, ao evidenciarem uma tendência de crescimento contínuo e de destaque entre vários países do continente.

Juntamente com o IDH tem crescido também os indicadores que o compõem, contribuindo para a sua melhoria contínua em Cabo verde. Segue-se nessa sequência uma análise dos indicadores de base do IDH de Cabo Verde, em matéria de esperança média de vida, escolaridade, alfabetização e, no plano económico, da renda nacional bruta por número de habitantes.

Quadro 1: Esperança média de vida (2000-2017)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
69,7	70,4	70,9	71,3	71,6	71,8	71,8	71,9	71,9
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
71,9	71,9	72	72,1	72,3	72,4	72,6	72,8	73

Fonte: Banco de dados do PNUD

Tal como exposto no quadro, em Cabo verde a esperança média de vida tem aumentado consecutivamente nos últimos anos, tendo passado de 69.7 anos em 2000 para 71.9 anos em 2008 e para 73 em 2017. Este valor está acima da média calculada na região da África Subsaariana que não ultrapassou os 60.7 em 2017.

Quadro 2: Taxa de escolaridade (2000-2017)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
11,5	11,3	11,6	11,6	11,4	11,5	12,2	12,1	12,2
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
12,2	12,3	12,5	12,3	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6

Fonte: Banco de dados do PNUD

Na área da educação, os números do quadro 3 refletem progressos em matéria de escolaridade, apontando para uma subida de 11.5 em 2000 à 12.2 em 2008. Período que

registou maior aumento, embora tenha havido anos de queda como se pode constatar nos anos 2001 e 2004. A partir do ano 2008 nota-se uma evolução um tanto mais lento, passando de 12.2 à 12.6 em 2017, valor que se manteve desde 2013. Portanto em nove anos a taxa de crescimento foi de apenas 0.03. Há registros de uma pequena queda em 2012 (12.3) em relação ao ano de 2011 (12.5). Portanto, nota-se que a evolução é real, ainda que lenta.

Quadro 3: Taxa de Alfabetização (2000-2017)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
3,5	3,7	3,8	4	4,2	4,3	4,5	4,6	4,8
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
5	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	5,9	6,1	6,1

Fonte: Banco de dados do PNUD

Em matéria de alfabetização também se pode constatar que houve avanços contínuos. No ano 2000 a taxa de alfabetização era de 4.4 anos, passando para 4.8 em 2008 e 6.1 em 2017. Portanto, como se pode ver, de 2008 à 2017 a taxa de alfabetização cresceu numa taxa de 0.27, sendo assim o período em que mais avanços teve no que toca ao nível de alfabetização.

Quadro 4: Rendimento Nacional Bruto *per capita* (2000-2017)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
3945	4170	4252	4400	4506	4658	5032	5516	5787
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
5656	5570	5757	5732	5756	5632	5692	5829	5983

Fonte: Banco de dados do PNUD

Em termos de produtividade, houve um crescimento significativo no RNB *per capita* no intervalo de 2000 à 2008, registando uma subida de 3945 (US\$) à 5787 (US\$). A partir

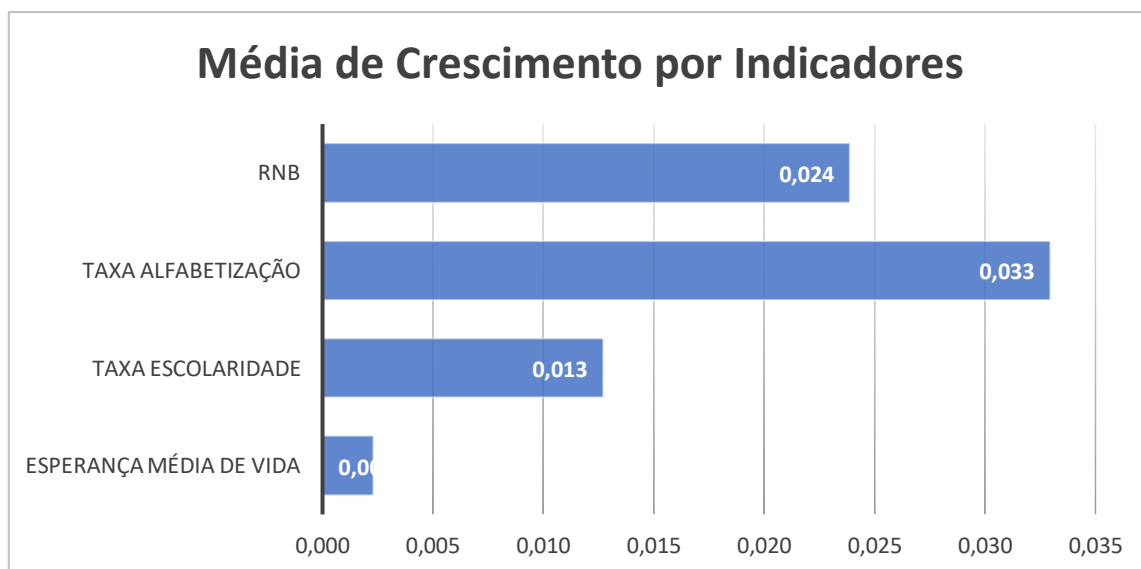
de 2008 nota-se algumas baixas até o ano de 2010 atingindo 5570 (US\$). No entanto, com o ano de 2011 o quadro reverte-se e nota-se um crescimento contínuo, atingindo em 2017 5983 (US\$).

Avaliando conjuntamente todos esses indicadores é de concluir que são satisfatórios os resultados que Cabo Verde tem alcançado em matéria do Desenvolvimento Humano. Ora, tal como expresso nas tabelas anteriores a contribuição da educação, a esperança de vida e o poder de compra, para o desenvolvimento do país têm vindo a aumentar cada vez mais, assumindo uma tendência, maioritariamente positiva. A cada melhoria, estes indicadores se tornam instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento Humano.

O contributo de cada indicador varia com o nível de melhorias alcançado por cada um deles, pois melhorias constantes em qualquer um dos indicadores reflete automaticamente no desenvolvimento.

Resta saber, no caso de Cabo Verde, qual o indicador que mais tem contribuído para o seu desenvolvimento. Fez-se neste sentido um gráfico, relativamente à taxa de crescimento de cada um dos indicadores, o que nos permitirá tirar as devidas conclusões.

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento médio por indicadores (2000-2017)



Portanto, conforme a leitura do gráfico, a informação que temos é que o indicador que mais cresceu nos últimos 17 anos foi a Taxa de Alfabetização. Com uma percentagem de

crescimento calculada em 3.3%, a Taxa de Alfabetização supera todos os outros indicadores, sinal de que o país tem investido e bem na área da educação. Embora a taxa de escolaridade não acompanhe o mesmo resultado, contendo uma média de crescimento de apenas de 1.3%, ter cada vez mais pessoas que saibam ler e escrever já faz muita diferença nos níveis de educação de um país.

Por outro lado, temos a esperança média de vida com o menor resultado em termos de crescimento, pois calcula-se que em média só tenha crescido 0.2% em 17 anos. Não obstante esse valor, o seu contributo ao Desenvolvimento Humano é real.

A nível de rendimento bruto do país, a média de crescimento durante o período delimitado é de 2.4%, o segundo com melhor taxa de crescimento. De lembrar que este indicador sofre oscilações constantes, e nem sempre são positivas. Porém, ainda que entre registros de crescimento negativos, não é dos piores resultados entre os restantes indicadores.

1.3. Evolução do PIB *per capita* de Cabo Verde

Fazer uma retrospectiva temporal do PIB é relevante, na medida que nos ajuda a perceber a dinâmica de um certa economia. Perceber a dinâmica, por sua vez é conhecer o seu nível de estabilidade, equilíbrio e desenvoltura (em retrocesso, estagnado ou em progresso?). Daí que pensou-nos ser pertinente fazer uma abordagem periódica do PIB *per capita* de Cabo Verde.

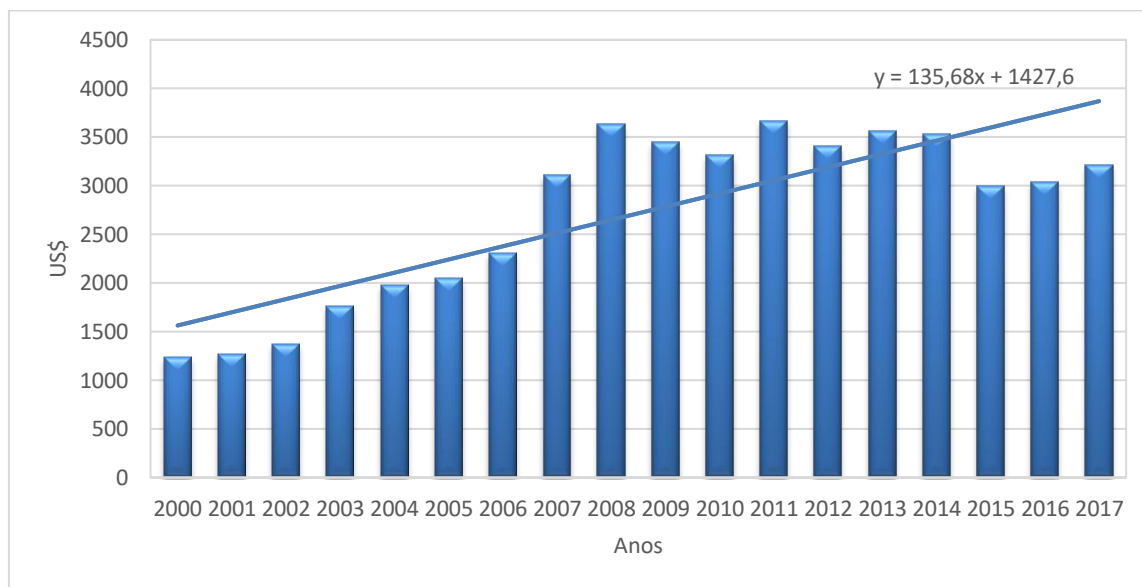
Um outro aspeto a ter em conta neste capítulo, é que o PIB *per capita* por ser a variável que mede o crescimento económico de um país, serve-nos de ferramenta de avaliação da economia cabo-verdiana. Pois, trata-se de um instrumento de referência quando se trata de rendimento.

Uma vez conhecida o PIB, consegue-se avaliar como positivo ou negativo a economia de qualquer país, quando comparada com o PIB dos restantes países. Da mesma forma, conseguir-se-há distinguir dos vários setores e pilares que geram o rendimento de um país os que são mais rentáveis. Isto porque, o nível da representatividade de um desses variáveis no PIB *per capita* remete automaticamente ao seu nível de rendimento e consequentemente à sua contribuição na economia. Desse modo, consegue-se distinguir quais os vetores chaves da economia de um dado país.

Neste contexto, pareceu-nos também ser pertinente uma analogia entre o PIB *per capita* de Cabo Verde com alguns grupos de países das quais pertence ou tem relação.

Seguem assim as análises propostas:

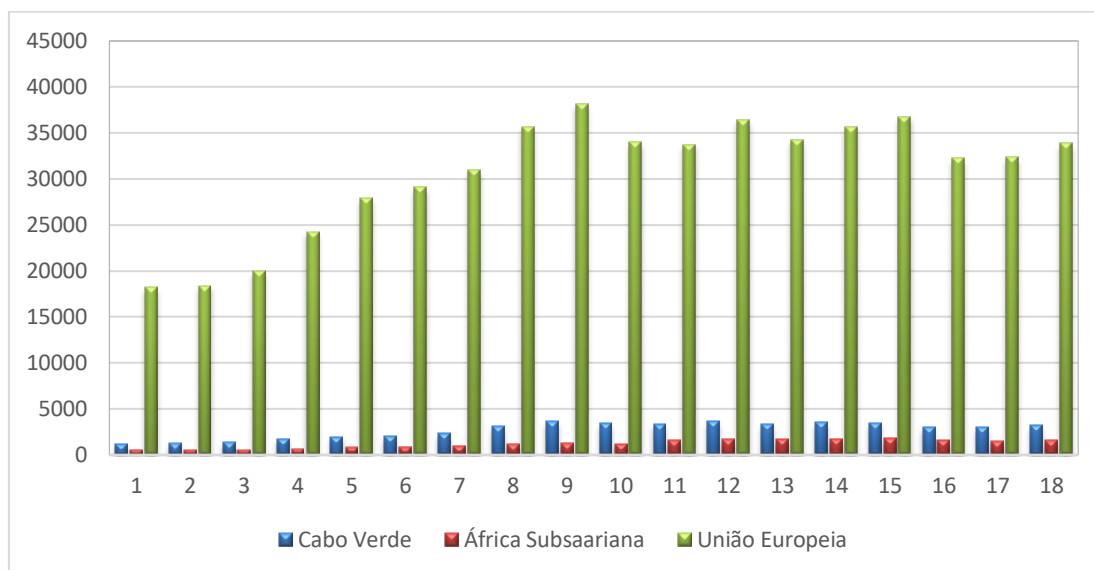
Gráfico 3 – PIB *per capita* de Cabo Verde de 2000 a 2017



Conforme expresso no gráfico 3, O valor do PIB no ano 2000 foi de 1239\$US , passando para cerca de 3638 \$US em 2008, ano em que o país graduou à lista de PDM. Um aumento estimado no valor de 2.399 \$US, sendo, portanto o período em que registou o aumento mais significativo. Após o ano de 2008 nota-se que os valores sofreram leves variações, com ligeiras baixas até o ano de 2015, onde baixou drasticamente, chegando a atingir 2995\$US. Já no ano a seguir, em 2016, dá-se uma rápida recuperação e o valor volta a subir para 3037\$US. Actualmente o valor do PIB *per capita* de Cabo verde está estimado no valor de 3209\$US, referente à 2017.

Desta leitura pode-se concluir que os valores do PIB *per capita* de Cabo Verde tem registrado progressos contínuos durante este período, ou seja, que a economia cabo-verdiana tem acompanhado uma tendência de crescimento nos últimos 17 anos.

Gráfico 4 – PIB per capita de CV em relação ao PIB da ASS e UE



Em relação à região da África Subsaariana, o PIB per capita de Cabo Verde esteve sempre muito acima da sua média, como se pode constatar no intervalo de tempo entre 2000 à 2017 explícito no gráfico 5. No início do período delimitado, ano 2000, o PIB per capita foi de 1239\$USD em Cabo Verde e de apenas 547\$USD em toda a região da África Subsaariana. O período fecha em 2017 com um PIB per capita de 3209\$US para Cabo Verde e de 1553\$US para África Subsaariana. Embora o PIB de Cabo Verde tenha estado durante todo este período acima da média da ASS, o seu crescimento foi mais lento. Conforme os dados em leitura, a taxa de crescimento do PIB per capita de Cabo Verde e da ASS foi de 1.5 e 1.8 respetivamente.

Por sua vez, a comparação do PIB de Cabo Verde com o PIB da União Europeia, nos leva a uma percepção pertinente. Ao longo destes dezasseis anos previamente delimitados, Cabo Verde acompanhou todas as oscilações da União Europeia relativamente ao PIB per capita. Os anos de queda no valor do PIB na organização são os mesmos em que se registraram quedas no valor do PIB em Cabo Verde. O mesmo acontece com os anos com registros de subidas no valor. Esta apreensão leva-nos a fazer uma ligação com o fato da União Europeia representar um dos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Um outro fato curioso é que tanto Cabo Verde, como a União Europeia e a África Subsariana tiveram em 2015 registros de queda no valor do PIB *per capita*. Coincidentemente ou não, o ano de 2015, a nível internacional, ficou marcado por uma crise financeira. Cabo Verde e a ASS enquanto beneficiários de APD da comunidade internacional não estão insentos aos choques externos, podendo ser isto uma resposta a esta “coincidência”

Se levarmos em conta que a economia cabo-verdiana tem passado por vários obstáculos, desde já pela condição climática do país, é de poutar como satisfatório o seu crescimento. Ademais, se compararmos a situação económica de Cabo Verde com outros países do mesmo nível de desenvolvimento os ganhos tornam-se mais evidentes ainda. Por falar nisso, dados do PNUD revelam que de 2000 à 2009 o PIB *per capita* de Cabo Verde esteve sempre acima da média do grupo de países de rendimento médio, mas uma ligeira baixa em 2010 converteu o quadro registrado até então.

Em suma, têm sido notáveis os resultados do PIB *per capita* de Cabo Verde, que complementadas com outras melhorias, nomeadamente, na governabilidade, no desenvolvimento sustentável e na capacitação dos recursos humanos, levam o país a novos ganhos. Por enquanto a graduação de Cabo Verde da categoria de país menos avançado, continua sendo a melhor referência em termos de progressos alcançados pelo país.

1.3.1. Distribuição do PIB *per capita* por sectores de atividade

Ao analisar a evolução do PIB *per capita*, é de extrema importância fragmentá-la nos vários sectores de atividades que formam a economia caboverdiana, de modo a conhecer a representatividade de cada uma no rendimento do país. Saber de onde provém cada receita que formam o PIB *per capita* de Cabo Verde é estar por dentro das capacidades produtivas de cada área e dos seus componentes, o que nos permitirá concluir a cerca do contributo, importância, fragilidade e potencialidade de cada uma. E desta forma, estaremos em condições de saber quais as áreas em que se deve apostar, quais devem ser estimuladas, e o mais importante, conseguir identificar o sector pilar da economia caboverdiana. Conhecer o peso de cada sector no PIB *per capita* do país facilita a escolha

de estratégias de desenvolvimento que permitam de forma sustentável explorá-los ao máximo.

Sendo assim, segue-se em tabelas o peso dos sectores, bem como os serviços e atividades de cada uma no PIB *per capita*, de 2000 a 2016 (últimos dados disponibilizados), dividido em dois grupos: o primeiro vai de 2000 a 2007 e o segundo de 2008 a 2016. Esta divisão deve-se ao facto de serem dados colhidos em alturas diferentes, apresentado diferenças na classificação das atividades.

Tabela 2 – Estrutura (%) do PIB corrente a preços de mercado (2000-2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
SECTOR PRIMÁRIO	13,8	12,4	12,0	11,8	12,1	11,5	11,5	10,2
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA	10,7	9,7	9,1	8,9	8,6	7,9	7,1	6,2
PESCA	2,2	1,7	1,3	1,3	1,3	1,1	1,3	1,0
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	0,9	1,0	1,6	1,6	2,2	2,5	3,1	3,0
SECTOR SECUNDÁRIO	14,4	12,8	13,1	13,1	12,8	13,2	12,9	12,6
CONGELAÇÃO, CONSERVAS DE PEIXE	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
OUTRAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES	1,9	1,4	1,6	1,5	1,4	1,3	1,1	1,0
TABACO	0,7	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
MECÂNICA E REPARAÇÃO NAVAL	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
CARPINTARIA	0,8	0,9	0,9	1,0	0,8	0,8	0,8	0,8
OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	1,4	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0	0,9
ELECTRICIDADE E ÁGUA	1,5	1,3	0,6	1,3	1,4	0,8	0,3	0,2
CONSTRUÇÃO	7,7	7,4	8,1	7,7	7,7	8,7	9,3	9,4
SECTOR TERCIÁRIO	64,9	67,4	67,1	67,4	68,1	67,6	67,8	69,8
COMÉRCIO	17,8	17,3	19,0	19,1	19,3	18,0	17,9	18,7

HOTÉIS E RESTAURAÇÃO	2,3	2,4	2,2	2,2	2,3	2,4	3,2	4,3
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	5,2	6,5	7,3	7,0	7,4	7,4	6,9	6,5
TRANSPORTES MARÍTIMOS	1,0	0,7	0,7	0,3	0,3	0,5	0,5	0,7
TRANSPORTES AÉREOS	3,0	4,3	1,5	4,4	4,0	3,7	3,9	3,2
SERVIÇOS AOS TRANSPORTES	4,9	5,3	4,8	3,8	3,4	3,9	3,8	4,8
COMUNICAÇÕES	5,7	6,2	6,4	6,1	5,9	5,7	6,0	5,6
BANCOS E SEGUROS	3,9	4,4	4,5	4,1	4,0	3,7	4,3	5,0
HABITAÇÕES E LOCAIS	5,2	5,4	5,5	5,2	5,7	6,0	5,8	5,7
SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS	13,5	12,6	12,9	13,0	13,5	13,7	12,9	12,2
OUTROS SERVIÇOS	2,2	2,2	2,1	2,1	2,2	2,6	2,6	2,9
SERVIÇOS BANCÁRIOS NÃO IMPUTADOS								
DIREITOS E TAXAS/IMPORTAÇÕES	-2,7	-2,7	-3,0	-3,2	-3,1	-3,1	-3,4	-4,4

Fonte: INE - Cabo Verde - Contas Nacionais

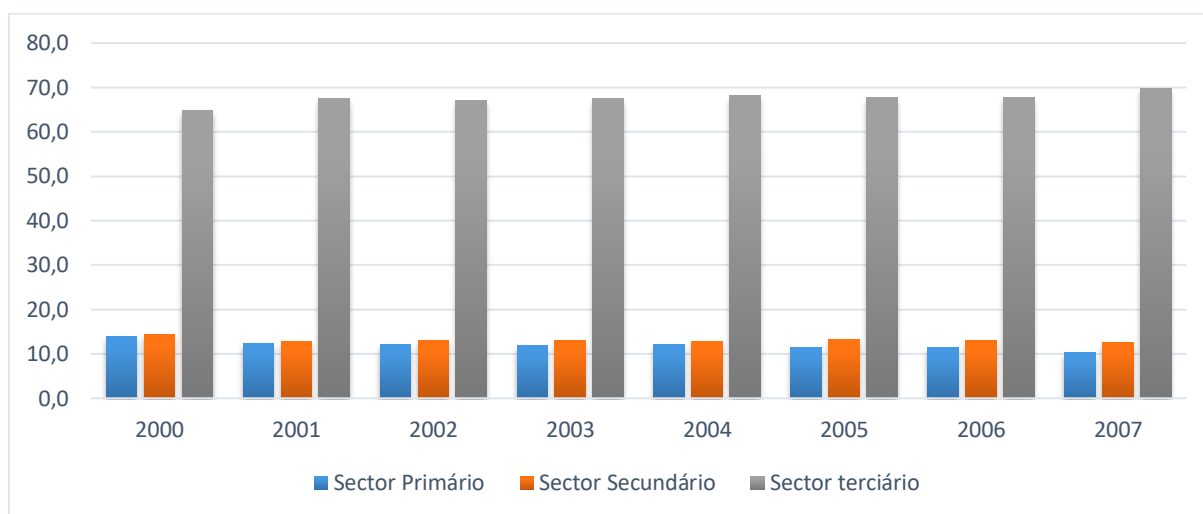
Tal como está explícito na tabela número 2, as atividades económicas estão agrupadas em três setores, a saber: o sector primário, caracterizado por ser o sector de recolha de matérias primas; o sector secundário que se trata do sector das transformações e o sector terciário, conhecido como o sector dos serviços.

O setor primário, em Cabo Verde é composto por cinco atividades essenciais. A agricultura, a pecuária e a silvicultura, juntos são os que mais contribuem neste sector.

O setor secundário por sua vez tem mais ramificações, em termos de atividades possíveis de gerar rendimento. Das oito atividades que constam deste setor, o da construção tem a maior representação no PIB *per capita* do país.

O setor terciário é o sector com mais escoamento, isto é, o sector que mais gera atividades em Cabo Verde. Estruturado em 12 serviços, o maior contributo deste sector advém do comércio.

Gráfico 5 – Estrutura do PIB por setores de atividade (2000-2007)



Durante o período de 2000 a 2007 solta-nos de imediato aos olhos, através do gráfico 7, que o sector com melhor peso no PIB *per capita* de Cabo Verde foi, continuamente, o sector dos serviços. Uma discrepância enorme em relação ao peso dos dois restantes. O ano em que o sector terciário menos contribuiu para o PIB per capita foi o ano 2000 e o seu melhor ano foi o ano de 2007, isto é, durante 7 anos a tendência foi de crescimento.

O sector primário e o secundário são os que se encontram mais em pé de igualdade, porém nota-se o sector secundário ligeiramente sempre á frente do sector primário durante este período.

Contrariamente ao sector terciário, o sector secundário e primário, consecutivamente, registaram o seu melhor contributo no PIB no ano 2000. O pior ano para o sector secundário foi o ano de 2001 e o do sector primário o ano de 2007.

Para ambos os sectores, as oscilações não são muito significantes. As oscilações do sector terciário não excedem o intervalo dos 60 aos 70 por cento do PIB per capita. Os restantes sectores, por sua vez variam entre os 10 aos 15 por cento do PIB per capita.

Tabela 3 – Estrutura (%) do PIB corrente a preços de mercado (2008-2016)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Sector Primário	8,5	8,9	8,5	8,3	8,8	8,7	8,5	9,1	8,4
Agricultura, pecuária, silvicultura	7,2	7,4	7,0	7,2	7,8	7,4	7,1	7,6	7,3
Pesca e Aquacultura	0,6	0,9	1,0	0,7	0,7	0,9	0,9	1,2	0,7
Indústrias extractivas	0,8	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
Sector Secundário	18,0	18,7	17,6	17,4	16,6	17,1	18,3	17,8	16,8
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	2,5	2,8	2,9	3,1	3,3	3,6	4,1	4,2	3,8
Outras indústrias transformadoras	2,3	2,1	2,6	2,3	2,4	2,2	2,3	2,4	2,1
Electricidade, gás, vapor e ar condicionado, captação, tratamento e distribuição de água	1,0	1,6	1,4	1,5	2,2	2,6	2,6	3,3	2,7
Atividade de construção	12,2	12,2	10,8	10,4	8,8	8,7	9,2	7,9	8,1
Sector terciário	59,8	60,2	61,2	60,6	62,2	61,8	61,2	60,5	61,8
Comércio	11,5	12,4	12,7	12,8	12,5	11,2	11,5	10,2	10,1
Alojamento e Restauração	3,5	3,4	3,5	4,0	5,8	5,9	5,3	4,6	5,4
Transporte, armazenagem e comunicações	16,4	15,4	15,2	13,7	13,1	13,5	12,4	13,2	13,0
Finanças e seguro	4,5	3,9	3,7	3,4	3,5	3,5	3,9	3,9	3,9
Outros serviços mercantis	11,4	11,5	12,0	11,7	12,4	12,2	11,8	12,3	14,2
Serviços não mercantis	12,4	13,6	14,1	14,9	15,0	15,5	16,3	16,3	15,2
Impostos e taxas líquidos de subsídios	13,7	12,2	12,7	13,8	12,4	12,4	12,0	12,6	13,1

Fonte: INE - Cabo Verde - Contas Nacionais

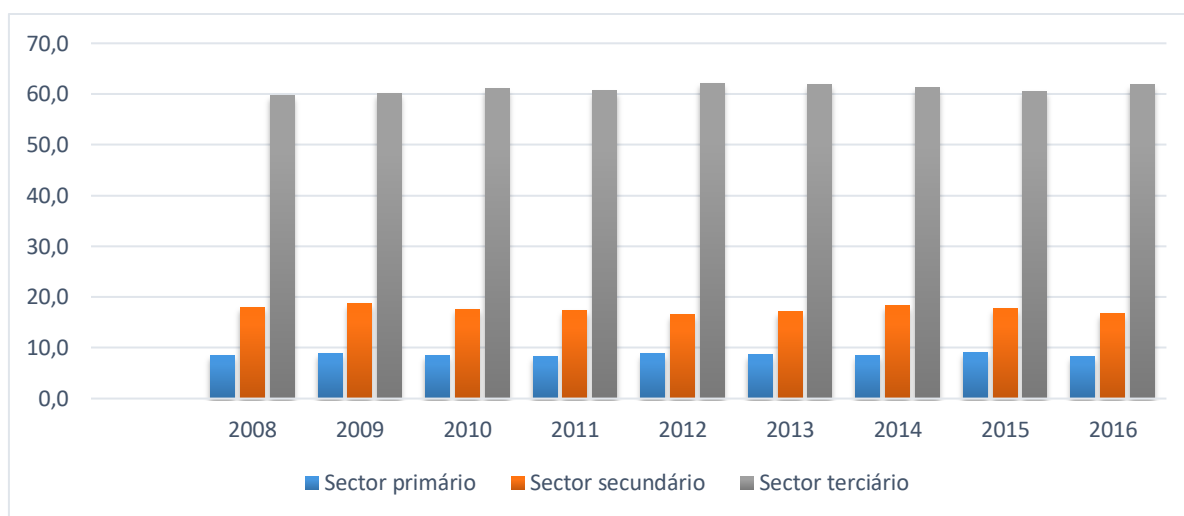
Neste segundo período, compreendido entre o ano de 2008 a 2016, a composição dos sectores já se encontra atualizada, distribuída de forma mais sintética.

No sector primário a seção da pesca, agricultura e silvicultura continua na liderança em termos de maior exploração e rendimento.

O sector secundário também continua tendo a construção como a atividade com maior contribuição no sector.

O sector terciário, por sua vez, sofreu alterações no que toca ao nível de contribuições das atividades que o compõe, passando o transporte, armazenagem e comunicações, em conjunto, a registarem os maiores valores deste sector, ao invés do comércio.

Gráfico 6 – Distribuição do PIB por setores de atividade (2008-2016)



Em relação ao peso de cada sector no PIB *per capita*, embora a ordem tenha-se mantido neste segundo período, constata-se alterações consideráveis nos valores anuais de cada um individualmente. No caso do sector secundário essas alterações são bastante positivas, pois o seu peso anual no PIB *per capita* aumentou consideravelmente, passando da maior representatividade registrado no primeiro período, 14.4 por cento do PIB, a um peso de 18.7 por cento do PIB, referente ao ano de 2009.

Já no sector terciário e primário as alterações têm um registro negativo em relação ao período anterior. No caso do sector terciário, chegou a atingir o valor de 59.8 por cento do PIB em 2008, sendo que antes não tinha nenhum valor abaixo dos 64.9 por cento, que se registrou no ano 2000. O sector primário baixou para os 8.3 por cento do PIB em 2011, antes disso o seu menor valor tinha sido registrado em 2007 que foi 10.2 por cento do PIB.

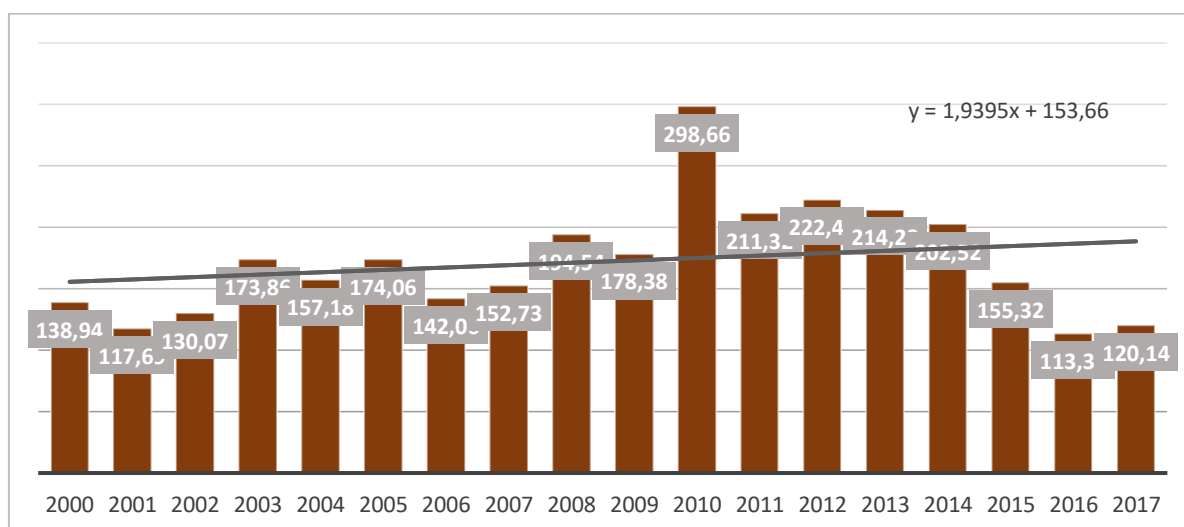
Capítulo III - Análise evolutiva dos fluxos de APD em Cabo Verde no período 2000-2017

O Histórico de APD em Cabo verde antecede o ano 2000. Na verdade, no decorrer da luta independentista, em meados dos anos 70, o país já contava com um leque de parceiros, defensores da independência, que lhe prestavam assistência, através de fluxos de APD, maioritariamente sob forma de doações, ajuda alimentar, o que ia de encontro com as prioridades do país nesta altura. Mesmo após se tornar um país independente, Cabo Verde continuou recebendo apoios externos, e até os dias de hoje, o país dispõe de parceiros que o garantem anualmente fluxos de Ajuda Pública, enquanto apoio ao desenvolvimento.

Portanto, analisaremos a evolução da Ajuda pública ao Desenvolvimento em Cabo Verde num período definido de 17 anos, que não representa o histórico completo da sua prática no país, mas que garante uma sinópsse desse histórico, por se tratar de um período de consolidação, um novo século, livre das passadas incertezas político-económicas que o arquipélago carregava.

Conforme o gráfico que se segue, os montantes de APD recebidos em milhões de dólares anualmente em Cabo verde, entre o ano 2000 a 2017, são os seguintes:

Gráfico 7 – Montantes de APD recebidos em US\$ (2000-2017)



O período delimitado é marcado por muitas oscilações no montante de APD recebida. Por se tratar de uma assistência, a APD não apresenta valores fixos, pois o montante depende de vários aspetos, entre eles da vontade dos doadores, daí as constantes variações.

O ano 2000 estreou-se com um montante considerável de APD, no valor de 138.94US\$. No entanto baixou logo de seguida, em 2001 para o valor de 117US\$, um dos mais baixos registrados. A recuperação foi emediata e até o ano de 2010 os valores foram sempre acima da que se registrou no ano 2000. Estas subidas podem estar relacionadas com o período de transição para a graduação do país à PDM (2004-2008). A necessidade de garantir uma transição sustentável implicou a necessidade de arrecadar mais apoios.

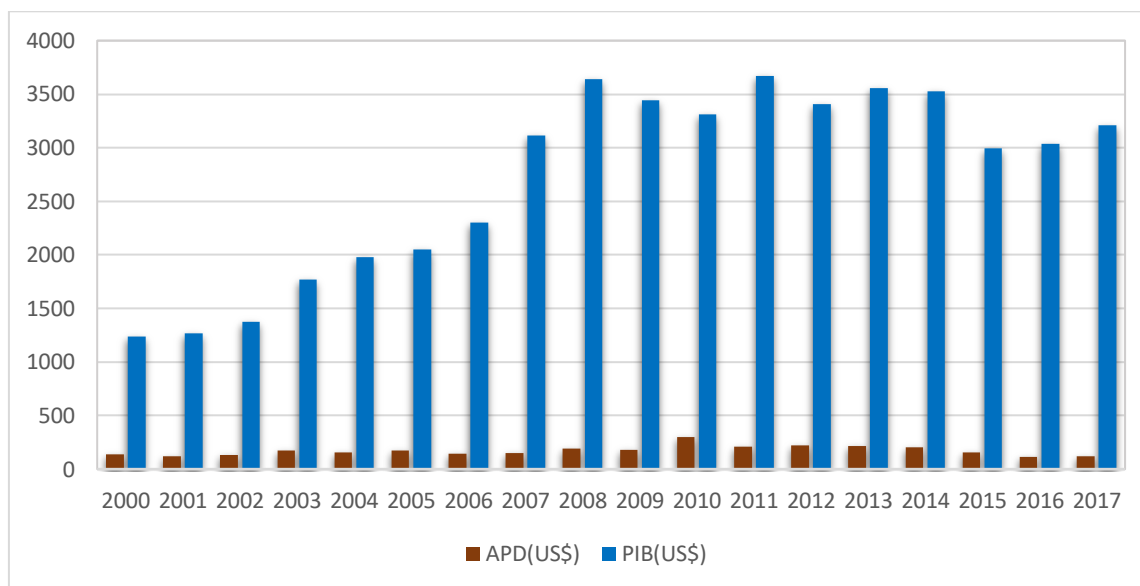
O ano de 2010 ganhou destaque, ao superar todas as subidas ocorridas no montante de APD recebido, alcançando o valor de 298.66US\$. O mais alto recebido nesse intervalo de tempo.

Das várias variações perceptíveis no gráfico 6 , constata-se 5 anos de queda sucessiva entre 2012 a 2016, chegando o ano de 2016 a apresentar o menor montante registrado até então, tendo atingido o valor de 113.36US\$. A estimativa de 2017 aponta para uma virada, estimando uma subida para a quantia de 120.14US\$.

Dos 17 anos analisados, foram registradas 9 quedas no valor de APD em relação ao primeiro montante recebido desse período. Os outros 8 registros representam as subidas. Entretanto, o que se pode notar é que mesmo havendo mais quedas no valor do que subidas, a equação do gráfico revela uma tendência de crescimento positivo.

1.1. Analogia entre a APD e o PIB per capita

Gráfico 8 – Valor da APD e do PIB de 2000 a 2017 (US\$)



A leitura do gráfico nos diz que existe uma enorme discrepância entre a APD e o PIB *per capita* de Cabo Verde. De tal forma que o maior montante de APD, registrado no ano de 2010 no valor de 113.36 US\$, representa cerca de 9% do menor valor do PIB, referente ao ano 2000 no valor de 1239.37 US\$.

São valores com diferenças expressas em milhões. Os montantes de APD chegam a transparecer até alguma insignificância quando confrontadas com os valores que o PIB chega a atingir.

Quanto as variações, nota-se que ambas apresentam acréscimos e decréscimos ao longo dos anos, mas ao focarmos nas percentagens de uma variação para outra, percebe-se que tendencialmente elas são maiores quando se trata do PIB *per capita*. Facto um pouco curioso se tivermos em conta que a APD depende da vontade dos doadores e o no caso do PIB, do rendimento económico anual de um país. Seria caso para dizer que consegue-se dar por garantido um valor que depende da boa vontade alheia mais do que aquele que depende do esforço interno?

Uma outra percepção é que o PIB cresceu mesmo em anos de quedas no valor de APB recebido, como é o caso do período entre 2000 a 2008, em que o PIB cresceu consecutivamente. E o contrário também se nota, pois se tomarmos o ano 2010 como exemplo, podemos ver que neste ano a APD atingiu o maior montante do período delimitado neste trabalho e, em contapartida o PIB baixou em relação ao ano anterior. Dado este fato, a ideia é de que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento não influencia o crescimento do PIB. Neste caso, qual seria a sua verdadeira importância no rendimento do país?

Calcula-se que o total do PIB *per capita* em Cabo Verde, de 2000 a 2017 é de 48896,9US\$, o que corresponde a uma média anual de 2716.4US\$. Por sua vez, o total de APD está calculado no valor de 3097,54US\$, uma média de 172.08US\$ por ano, aproximadamente 15 vezes menos o valor anual do PIB *per capita*.

Ainda de acordo com estes números, a APD, por ano representa aproximadamente uma média de 6 por cento do valor do PIB *per capita* anual.

1.2. Os fluxos de APD em relação a outros setores da economia de Cabo Verde

Para além dos fluxos de APD, outros fluxos do setor externo tem tido um papel relevante na economia de Cabo verde. Passaremos assim, a uma breve análise do comportamento destes indicadores entre 2008 a 2017, período que representa a passagem de Cabo Verde dos PMA a PDM, com o intuito de perceber com mais exatidão, o nível da contribuição da APD na economia do arquipélago e consequentemente no seu desenvolvimento, em relação a contribuição dos indicadores que se seguem:

- **Remessas dos emigrantes**

As remessas de emigrantes sempre desempenharam papel importante na estabilidade económica e social do país. Os dados indicam que, de 2007 a 2017 o seu peso no PIB aumentou de 9.1% a 11%, representando um crescimento de 0.2%. Não houve uma alteração significativa em relação ao ano anterior a graduação do país, neste caso em relativamente ao ano 2007, mantendo a contribuição na margem dos 9%. No entanto, o ano após a graduação, em 2009 a remessa dos emigrantes baixou para 8.4% do PIB. Entre constante e ligeiras variações, este fluxo atinge a sua melhor contribuição no PIB no ano de 2015.

Segundo o Plano Estratégico do Desenvolvimento Sustentável esta subida deve-se, supostamente, a crise europeia e das suas consequências nas taxas passivas de juro do Euro, combinado com as taxas de juro das operações passivas praticados pelos bancos cabo-verdianos, bastante acima das taxas praticadas na Europa, e com a estabilidade da taxa de câmbio do escudo cabo-verdiano em relação ao euro, em consequência do Acordo de Cooperação Cambial (ACC).

- **Investimento Direto Estrangeiro**

O IDE, por sua vez também tem sido um ótimo instrumento para o desenvolvimento, surtindo um impacto de transformação na economia, enquanto principal impulsionador do setor do turismo. Nota-se que desde 2007 a relação do IDE com o PIB tem sido bastante instável com grandes margens nas variações. Até agora a sua maior contribuição no PIB foi no ano da graduação de Cabo Verde dos PMA, passando dos 8.5% aos 15.4%, um crescimento de cerca de 0.8% no período de um ano. Em 2013 O IDE atingiu o seu menor registo no PIB, com um peso de apenas 3%. De um modo geral os dados indicam que entre 2007 a 2017 o IDE abrandou consideravelmente.

- **Receitas do turismo**

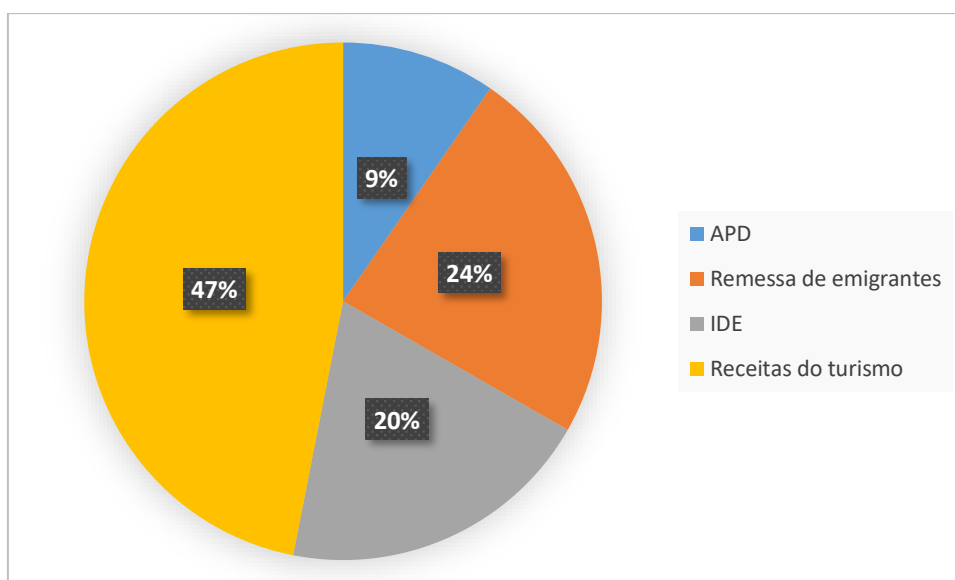
Cabo Verde tem apostado fortemente no turismo, transformando-o num dos setores chaves do desenvolvimento económico, através de um forte investimento na construção e renovação de infraestruturas aeroportuárias e portuárias, enquanto meios que impulsionam o investimento neste setor. O turismo, por meio das suas receitas tem tido uma contribuição de destaque no PIB, tendencialmente crescente, tendo passado dos 19.3% em 2007 aos 23.6% atingidos em 2017 (o maior valor deste período). O ano que menos receitas de extraiu deste setor foi o ano de 2009, com uma percentagem de 15.5 no PIB. As melhorias neste setor iniciaram em 2011 ao atingir os 20% e desde então não teve um registo abaixo deste valor.

Tabela 4 – Fluxos económicos em percentagem do PIB (2008-2017)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
APD	4.5	5.8	5.1	6.3	3.7	3.4	3.2	3.0	3.4	2.8	3.8
Remessas dos emigrantes	9.1	9.0	8.4	8.5	10.1	10.1	9.4	10.5	12.5	11.9	11
IDE	8.5	15.4	10.2	9.6	8.7	7.2	3.8	9.7	6.0	7.3	6.2
Receitas do turismo	19.3	18.9	15.5	16.1	20.0	21.5	21.7	20.8	20.6	21.4	23.6

Fonte: Relatório Anual, Banco de CV

Gráfico 9 – Setores económicos externos em % do PIB

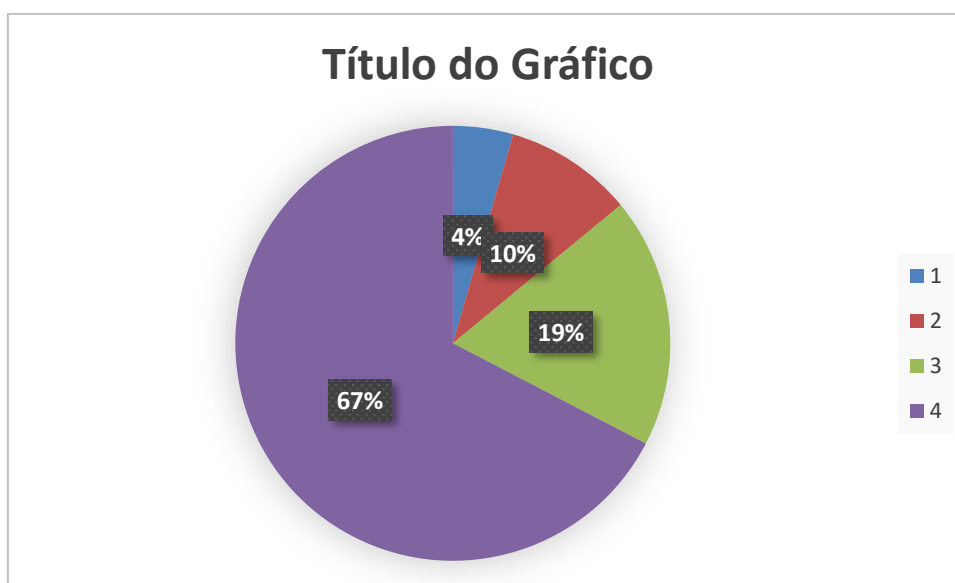


Segundo dados presentes no gráfico 9, em termos de contribuição ao PIB per capita, o turismo, representa uma média total de receitas de 47% entre 2007 a 2017, tratando-se da maior fatia. Seguem as remessas provenientes dos emigrantes e o IDE com uma média de 24% e 20% do PIB, ocupando a 2ª e 3ª posição respetivamente. A APD, tal como se pode ver, é o fluxo que apresenta a menor relação com o PIB, num registo de apenas 9%.

Concluindo, a nível de setores externos, o turismo é o setor com mais contribuição no PIB do país dentro do período em questão. Daí ser atribuído a importância de setor- chave da economia pelas autoridades cabo-verdianas.

Os setores internos, por sua vez já forma descritos neste trabalho, resta-nos saber a representatividade da APD perante estes setores em relação ao PIB. Segue portanto o gráfico seguinte:

Gráfico 10 – Setores económicos internos em % do PIB mais a APD



A conclusão que se tira deste gráfico é simples. A APD em relação aos setores internos de produção e rendimento, tem uma representação no PIB de 4%. Tratando-se assim do setor com o menor peso.

1.3. Principais doadores de APD a Cabo Verde

1.3.1. Portugal

A relação entre Cabo Verde e Portugal é uma relação histórica de 5 séculos, cujo vínculo cultural e linguístico foram criadas na condição de colónia e metrópole. Com a independência de Cabo Verde esta relação tomou outras linhas, mais precisamente em julho de 1975, na cidade da Praia ao ser assinado o primeiro acordo de cooperação entre Portugal e Cabo Verde, denominado de Acordo Geral de Cooperação e Amizade. Desse modo, se iniciou uma parceria destinada a consolidar os laços de amizade e solidariedade

entre as duas nações e prosseguir uma política comum de cooperação com vista a reforçar esses laços.

Esta parceria, em matéria de desenvolvimento é dada especial importância. Tal importância está formalmente acordada por ambas as partes e está claramente consagrada no tratado de amizade assinado em junho de 2010 no seu capítulo número três, artigo onze, sobre a cooperação para o desenvolvimento:

“As Partes, conscientes da necessidade de reforçar as relações de cooperação para o desenvolvimento, com o objectivo de promover o desenvolvimento socioeconómico das respectivas populações, estabelecerão programas e projectos ou outras modalidades de cooperação, nos sectores que vierem a ser considerados prioritários no quadro das orientações estratégicas das suas políticas de desenvolvimento económico e social...”

A nível bilateral, a cooperação Portugal- Cabo Verde é desenvolvida através dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC)²⁰ trienais e aplicadas segundo os Programas Anuais da Cooperação (PAC). São os PIC que definem as áreas de intervenções, de acordo com os objetivos e prioridades acordados pelos dois governos, e mormente as suas estratégias de desenvolvimento e respectivo procedimento, com o apoio do Documento Estratégias de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) e as orientações estratégicas da Cooperação Portuguesa.

O Programa Estratégico de cooperação (PEC) é o novo quadro de referência da programação Portugal Cabo Verde para o ciclo 2017-2021. Dota-se de um envelope financeiro indicativo no valor de 120 milhões de euros, e tem como sectores de intervenção prioritários: Segurança e justiça; Educação, Formação, Cultura, Ciência e

²⁰ O PIC 2002-2004 foi dotado de um envelope financeiro de 50 milhões de euros e definiu como pontos essenciais, o auxílio ao equilíbrio macroeconómico; o apoio à consolidação das instituições; a valorização dos recursos humanos; e o desenvolvimento das infraestruturas. O PIC 2005-2007 teve um envelope financeiro de 55 milhões de euros e teve como eixos de concentração, a valorização dos recursos humanos e capacitação técnica; o apoio à criação de infraestruturas básicas, ordenamento do território e recuperação do património; e o apoio à estabilidade económica. O PIC 2008-2011 teve um envelope financeiro de 70 milhões de euros, priorizou como eixo de foco, a boa governação, participação e democracia; Desenvolvimento Sustentável e luta contra a pobreza; Cluster da cooperação; e apoio direto ao orçamento. O penúltimo PIC é referente ao ano 2012-2015, foi dotado de um envelope financeiro de 56 milhões de euros, tendo como eixo de concentração: a boa governação, participação e democracia; e desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza.

Inovação; Saúde e Assuntos Sociais; Energia e Ambiente; e Apoio ao Orçamento²¹ e Sector Privado.

A escolha das áreas de intervenções foi feita a pensar na implementação e concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), enquanto futuro compromisso. Promover a igualdade de género e o apoiar grupos vulneráveis e à sociedade civil, também constituem objetivos a serem concretizadas com as áreas de intervenção prioritárias²².

Portanto, tal como se pode perceber, as actuais relações entre Portugal e Cabo Verde já não se limitam apenas na cooperação em seus aspetos tradicionais da ajuda e tem-se alargado a novos temas como o desenvolvimento sustentável, a governança, a segurança e defesa, entre outras modalidades inovadoras.

A parceria entre Cabo Verde e Portugal, a nível de cooperação bilateral inclui para além das modalidades mais comuns como sendo a assistência técnica, créditos de ajuda e o apoio a programas e projetos, a cooperação em matéria de migrações²³ e um Acordo Cambial²⁴.

Em termos de APD, Portugal tem permanecido como o principal doador de Cabo Verde e do mesmo modo Cabo Verde um dos seus principais beneficiários, totalizando uma média de APD no valor de 56 mil milhares de euros, durante o período 2000-2017, distribuído da seguinte forma:

²¹ Portugal aderiu ao grupo de doadores do apoio orçamental em 2008, contribuindo com um envelope financeiro equivalente a 10% do PIC 2008-2011.

²² CF. PEC Portugal/Cabo Verde – 2017/2021 p.3

²³ Em matéria de migração é de destacar o projeto CAMPO, criado em 2007 com o objetivo inicial de combater a emigração ilegal de cabo-verdianos, mediante a criação de um centro de apoio ao migrante no país de origem, em funcionamento na cidade da Praia e que contou com o financiamento da IPAD no montante de 61.199 euros. Tardamente evoluiu para um projeto conjunto CE/Portugal/Espanha de fortalecimento das capacidades em matéria de Migrações e Gestão de Retornos. Foi implementado também pela IPAD no valor total de 1,274 milhões de euros (CE 1M€, IPAD 149 000 €, Espanha 125 000 €).

²⁴ Este Acordo estabelece uma paridade fixa entre a moeda cabo-verdiana (Escudo) e a moeda Portuguesa (agora o Euro), com Portugal a disponibilizar, através de uma linha de crédito, reserva de moeda estrangeira para garantir a paridade.

Quadro 5: APD de Portugal a Cabo Verde (milhares de euros)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
26.760	25.720	11.554	35.611	24.771	36.498	37.688	31.921	43.286
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
38.392	107.305	105.359	130.843	119.858	103.549	44.994	21.527	63.554

Fonte: Camões, I.P

Até 2008, uma parte significativa destes montantes destinava-se principalmente á educação, situando-se entre os 45-55% do total na maioria dos anos do período 2005-2008. Com a queda do peso do sector da educação para os 40.3%, o sector de transporte e armazenamento assume a liderança, representando 43.7 % do total de APD em 2008. Esta mudança ficou a dever-se aos empréstimos de Portugal às Infra-estruturas. Aliás tal facto justifica também o aumento substancial no valor de APD verificado neste mesmo ano.

Em 2010, o apoio a Infra-estruturas Económicas aumentou significativamente, atingindo uma participação de 70%, contra 30-40% nos anos anteriores.

Além da Educação, outros sectores têm sido importantes: Saúde, com uma participação variando entre 4 e 6%; Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais com percentagens da ordem dos 4-7%, em 2005-2009, e cerca de 2% em 2010; e Governo e sociedade civil, responsável por 4-5% da ajuda até 2009 e pouco mais de 1% em 2010.

Em 2017, em termos de APD bruta, o agrupamento setorial Outras Infraestruturas e Serviços Sociais assumiu a maior concentração com 49,5%, seguido dos sectores Educação (28,5%) e Água e Saneamento Básico (9%).

Sumamente é de salientar que ao longo dos anos, Portugal tem assumido a parceria com Cabo verde como um compromisso, desempenhando um pape de grande envergadura, também em outros níveis da cooperação. Ora, a nível multilateral, Portugal desempenhou um papel bastante ativo na graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio, no apoio a sua adesão à OMC e na concretização da parceria especial

e inédita com a UE, tendo participado das reuniões do GAT. E a tendência para este novo ciclo da cooperação PT/CV é dar contínua atenção ao domínio multilateral, tanto que o novo Programa terá em consideração durante a sua vigência os objetivos partilhados no âmbito da CPLP, conforme expresso no PEC 2017/2021.

1.3.2. União Europeia

Cabo Verde e a União Europeia tem uma parceria sólida e construtiva que já dura há mais de 40 anos. Foi em 1975 que lançaram a primeira pedra dessa cooperação através da tradicional Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Pelo menos até aos anos 90 esta cooperação priorizou os sectores da segurança alimentar e da saúde, enquanto sectores essenciais para os desafios que Cabo Verde enfrentava nesta altura.

Para além de uma relação que tem-se baseado essencialmente numa significativa e contínua cooperação para o desenvolvimento, Cabo Verde e a União Europeia assumiram recentemente um compromisso mútuo relativamente à promoção de valores comuns tais como a democracia, o respeito pelos direitos humanos e o Estado de direito, defendendo-os internacionalmente. Uma forma de estreitar as suas relações que por sinal revelaram-se bastante frutíferos ao longo dos anos.

As atuais relações entre a União Europeia e Cabo Verde têm como quadro de referência duas parcerias, entendidas como instrumentos complementares do acordo de cotonu de 2000²⁵:

- A *Parceria Especial EU/CV*

O sucesso contínuo das relações entre Cabo Verde e União Europeia despertou o desejo mútuo de explorar novas abordagens de relacionamento, que permitissem definir um novo modelo de cooperação UE/Cabo Verde. Neste sentido, foi dada resposta ao desejo de Cabo Verde de ultrapassar o quadro das relações existentes, e de colocá-las num novo

²⁵ O Acordo de Cotonou (2000) constitui o principal instrumento de ajuda da UE para Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Trata-se da base para a assinatura dos programas nacionais e regionais de cooperação nos países ACP.

patamar para alcançar um grau de cooperação significativamente maior. E assim, foi estabelecido em 2007 uma parceira especial.

Dotada de singularidade por ser a única parceria deste tipo no continente África, esta parceria representa um instrumento inovador que leva a relação entre Cabo Verde e União Europeia a outros níveis da cooperação, abrindo-se a um diálogo político regular ao mais alto nível como instrumento de conhecimento, concertação e aproximação das partes.

Prezando o interesse comum em matéria de segurança e desenvolvimento, foram definidos seis pilares temáticos como áreas de acção prioritárias:

- Boa Governação - No âmbito do apoio à boa governação, atenção especial é dedicada à consolidação e ao aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política de Cabo Verde, bem como ao reforço do diálogo político e da cooperação. Futuramente, será dada maior ênfase ao reforço das capacidades da Administração Pública, nomeadamente no domínio estatístico, na prossecução das iniciativas destinadas a melhorar o quadro empresarial, na governação no domínio social e na boa gestão dos recursos naturais.
- Segurança/estabilidade - O pilar da segurança e estabilidade abrange a cooperação e a luta contra a criminalidade organizada transnacional (tráfico ilegal de drogas, armas e pessoas, terrorismo e branqueamento de capital) e promove a gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas dos emigrantes) e a luta contra os fluxos ilegais a partir da cooperação na segurança marítima. Para a concretização deste pilar, desde 2008 existe a Parceria para a Mobilidade, primeiro exemplo de cooperação deste tipo entre a UE e um estado africano. Esta Parceria contempla iniciativas concretas de ambas as partes e inclui dois acordos em vigor sobre a facilitação da emissão de vistos e a readmissão de pessoas.
- Integração regional – a nível das regiões ultraperiféricas da União Europeia pretende-se apoiar Cabo verde na integração do espaço da Macaronésia, com o objetivo de melhorar a sua estrutura e aumentar o seu dinamismo e competitividade, esta em consonância com a política de vizinhança alargada.

A nível da África Ocidental pretende-se acompanhar a integração de Cabo Verde, nomeadamente na CEDEAO. Um dos objetivos é promover o conhecimento das características específicas de Cabo Verde no âmbito de Acordo de Parceria Económica (APE) entre a União Europeia e a CEDEAO. Assitir igualmente, na medida do possível, Cabo Verde em relação aos Programas Indicativos Regionais do FED para a África Ocidental.

- Convergência Técnica e Normativa – Procura-se uma convergência de políticas em matéria técnica e normativa, de modo a facilitar a aproximação às normas da UE e tirar vantagens das comparativas de Cabo Verde com vista ao seu desenvolvimento.
- Sociedade do Conhecimento – este pilar destina-se a promover a evolução do país para a sociedade do conhecimento. Tem como prioridade o desenvolvimento económico, cultural e social, nomeadamente através da educação, da investigação, da apropriação das tecnologias de informação.
- Luta contra a pobreza e Desenvolvimento - A componente "luta contra a pobreza" é financiada sobretudo pelo programa de Apoio Orçamental da UE e contribui para realizar os objetivos do Governo de Cabo Verde no âmbito do seu Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP). Aqui destaca-se o apoio da UE aos setores estratégicos da água e saneamento, saúde, educação e formação profissional, construção de infra-estruturas, assim como aos transportes, energia, proteção do ambiente, agro-negócio, turismo e pesca, que têm um impacto real na qualidade de vida da população.

- Parceria para a Mobilidade,

Esta parceria foi estabelecida em 2008, em que Cabo Verde foi escolhido como Estado piloto para o seu estabelecimento, representa um quadro político de diálogo e cooperação acrescido entre a UE e Cabo Verde no âmbito da migração. Esta parceria contempla iniciativas concretas de ambas partes, que incluem dois acordos em vigor:

- Acordo de Facilitação da Emissão de vistos;
- e Acordo de Readmissão de pessoas;

A nível comercial a UE é o principal parceiro comercial de Cabo Verde. Representa mais de 70% das importações e é o destino de cerca de 85% das exportações de Cabo Verde.

Cabo Verde tem-se beneficiado bastante a nível da agricultura, nesta vertente mediante os Acordos de Parceria Económica (APE)²⁶.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)²⁷ é a principal fonte de apoio da cooperação da União Europeia com Cabo Verde, a nível técnico e financeiro. O Apoio ao Orçamento é a principal modalidade de canalização desses fundos.

A União Europeia iniciou a modalidade de Apoio Orçamental em Cabo Verde em 1998 com programas que previam o estabelecimento de condições para a melhoria da gestão no domínio das finanças públicas e para o reforço do sector da segurança alimentar numa fase seguinte.

Atualmente, o Apoio Orçamental em Cabo Verde, corresponde a um montante equivalente a 50 milhões de euros e é financiado pelo 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), referente ao período 2016-2020.²⁸

O pacote de Apoio Orçamental atual é direcionado para duas áreas principais de intervenção :

- Apoio ao Desenvolvimento e Luta Contra a Pobreza (30 milhões de euros)
- Reforço da Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde (20 milhões de euros)

Em prol de combater a pobreza e estimular o crescimento económico, o programa de Apoio Orçamental tem como objetivo primordial reforçar a competitividade do país e contribuir para a criação de condições que permitam a atração de negócios no arquipélago.

Tanto a UE como Cabo Verde têm feito boa avaliação das suas relações, acreditando que tais devem-se abrir cada vez mais a novos horizontes. Ambas as partes tem demonstrado o desejo e empenho em reforçar esta parceria, tanto que durante a celebração do 11º FED o comissário da UE, Neven Mimica, declarou que a Parceria Especial da UE com Cabo

²⁶ No âmbito das novas parcerias de comércio, enquadradas no Acordo de Cotonou de 2000, os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e a UE negociam os Acordos de Parceria Económica (APE) visando uma parceria comercial para o desenvolvimento. Os APEs têm como objetivo, assistir os países ACP a integrarem-se na economia mundial e beneficiar das oportunidades oferecidas pela globalização.

²⁷ O Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) é a principal fonte de cooperação técnica e financeira entre a UE e Cabo Verde. Foi criado em 1957 pelo tratado de Roma e lançado em 1959 como principal instrumento da EU para fornecer ajuda ao desenvolvimento para países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e territórios ultramarinos.

²⁸ CF. *Fundo Europeu de Desenvolvimento 2016-2020 (2016)*

Verde baseia-se na história do seu apoio contínuo e dos valores comuns e que, portanto, a assinatura do novo acordo foi uma ilustração do empenho continuado da UE.²⁹

Cabo Verde têm-se demonstrado reciprocamente satisfeito. No âmbito da Parceria Especial CV/UE, Luís Filipe Tavares caracterizou a relação de Cabo Verde com a União Europeia como uma relação de muita confiança, inssento de problemas no que toca a mobilidade³⁰.

1.3.3. Banco Mundial

As relações entre Cabo Verde e Banco Mundial parecem ter sido intensificadas a partir dos anos 90, altura em que o país substituiu o modelo económico assente na direção e planificação centralizada pelo modelo de crescimento económico baseado nos fundamentos e pressupostos do mercado.

O histórico dos compromissos assumidos pelo Grupo Banco Mundial em Cabo Verde eleva-se a um total de 49 projetos. A nível financeiro esse compromisso equivale a um envelope financeiro no valor de 564.05 milhões de dólares. A maior parte destes projetos, 26 deles, tem beneficiado o governo central, através do apoio as despesas públicas, gestão financeira e aquisições.

Atualmente, a parceria entre o BM e CV, resume-se em nove projetos em ativo entre 2013 a 2019, dotados de uma carteira de 156 milhões de dólares no total.

O foco setorial da carteira é dominado pelo setor dos transportes, indústria, comércio com cerca de 46 % de financiamento, mas foi equilibrado com 19 % do financiamento do desenvolvimento humano em áreas como a educação e proteção social. Outros dezenove por cento foram para o setor financeiro e de competitividade e 19% para o setor da governança.

²⁹ Ver informação disponível em: <https://expressodasilhas.cv/politica/2016/10/18/uniao-europeia-apoia-cabo-verde-com-50-milhoes-de-euros-ate-2020/50594>

³⁰ Ver informação disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/12/17/nao-tem-havido-problemas-na-mobilidade-mne/61468>

Estes dados evidenciam um volume considerável da APD que, progressivamente, vem incrementando com o passar do tempo, contrariando a própria narrativa de crise econômica e financeira mundial que, a partir de 2008, tem constituído uma meta-agenda não apenas dos Estados territoriais, mas também das principais Instituições financiadoras do desenvolvimento.

1.3.4. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

O Banco Africano de Desenvolvimento iniciou as suas operações em Cabo Verde logo após a independência do país, tendo sido uma das primeiras instituições a apoiar o país nesta altura. Ao longo dos anos, o BAD apoiou o governo, sobretudo, a pôr em prática políticas, estruturas e instituições para o desenvolvimento do país e continua sendo um dos principais parceiros de financiamento do país.

O BAD disponibiliza anualmente a Cabo Verde um envelope financeiro que pode atingir os 25 milhões de euros, podendo corresponder até 15% do PIB de Cabo Verde.

Ao longo desta parceria entre BAD e Cabo Verde, o banco tem concedido apoios financeiros, sob forma de empréstimos, linhas de crédito e subvenções que se destinam principalmente a incentivar programas de reforma, projectos e operações de capacitação, bem como a assistência ao governo durante as situações de emergência devido à seca.

De 1977 a 2017, esses apoios já reverteram-se num total de 66 projetos em Cabo Verde, no valor aproximado de 459.2 milhões de euros. Os setores de intervenção foram maioritariamente o setor múltiplo, governo, transporte, agricultura e desenvolvimento rural e comunicação.

O portefólio do BAD em Cabo Verde, referente ao ano de 2017, contava com 13 projetos ativos num montante de cerca de 99 milhões de euros, incluindo outras parcerias como o projeto do parque tecnológico e a ampliação do aeroporto da Praia.

O Governo de Cabo Verde e o BAD reconhecem a necessidade de estreitar a sua cooperação, para os próximos anos, focando numa parceria estratégica, baseada num diálogo pertinente e dinâmico.

1.3.5. Outros parceiros

A nível bilateral Cabo Verde dispõe de um leque alargado de outros parceiros que o apoiam com importantes contribuições, em sectores fundamentais para o crescimento da sua economia. São estes: a Alemanha, cujo apoio é direccionada principalmente a setores como água, energia, educação e formação profissional; a Áustria, que tem Cabo Verde como destino da sua ajuda na descentralização, educação e formação, e no apoio às pequenas e médias empresas; a Bélgica, através da ajuda alimentar; a França priorizando a assistência técnica, ajuda alimentar, bolsas, difusão da língua francesa, microprojetos de desenvolvimento e infraestruturas; Luxemburgo, que concentra o seu apoio em Cabo Verde na saúde, educação, ensino técnico e infraestruturas de base, nomeadamente a água, saneamento e eletrificação rural ; Holanda com o seu apoio na gestão das despesas públicas e na cooperação económica; e por fim, a Suécia, através do apoio ao Trust Fund ((Document de Stratégie de Cooperation, 2000 cit. in Rosa 2014, p.54).

Conclusão

Afirmar que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento tem tido um papel estruturante e de grande importância no processo de desenvolvimento de Cabo Verde é uma verdade que acompanha o histórico de suas profundas relações com o exterior e não requer necessariamente uma investigação para quem conhece pelo menos as quatro décadas de história de Cabo Verde, enquanto Estado independente.

Afirmar que este papel desempenhado pela APD em Cabo Verde o torna o principal pilar do desenvolvimento do arquipélago, por sua vez, exige uma análise dos seus recursos endógenos, bem como as suas contribuições no rendimento do país, e contrabalança-los com os recursos provenientes da ajuda externa, nomeadamente em forma de APD. A partir desta análise, estarão reunidos fatos que permitirão tirar conclusões verídicas se de fato, Cabo Verde vive essencialmente da Ajuda Pública ao desenvolvimento.

Ora, o que o conteúdo deste trabalho nos diz a cerca da importância da APD em Cabo Verde é que este tem desempenhado um papel estruturante, contribuindo fortemente e continuamente no seu processo de desenvolvimento, tanto a nível económico como a nível político e social, num contexto de uma política externa aguda.

Enquanto território de pequena dimensão, insular e arquipelágico, confrontado pelas suas vulnerabilidades naturais e económicas, Cabo verde viu-se obrigado a garantir a satisfação das necessidades básicas dos seus cidadãos recorrendo-se ao apoio externo de outros Estados.

Estas vulnerabilidades que o impediram, desde cedo de promover com autossuficiência o seu desenvolvimento e crescimento, nunca deixaram de fazer parte da sua realidade e por isso, a tendência foi continuar a fazer esta recorrência, chegando a um estado de dependência. Dependência porque os recursos e meios de que o país dispunha para se autossustentar, continuaram ao longo dos anos a revelarem-se insuficientes e logo o recurso a apoios externos se tornou num caminho sem volta. Neste ponto, compreendemos a preocupação presente nos debates que não exaltam a utilidade da APD no desenvolvimento de Cabo Verde, como vimos no capítulo sobre a Ajuda Pública e o desenvolvimento de Cabo Verde.

A par das profundas relações com o exterior, o país durante o seu processo de desenvolvimento, foi adotando outros meios complementares para o seu desenvolvimento, desenvolvendo uma política interna baseada na democracia, boa governança e respeito aos direitos fundamentais, consolidando-se num Estado com uma estabilidade política de mérito na África.

Se a APD não tem tido a utilidade devida em outros países, como foi o caso revelado no primeiro capítulo deste trabalho, onde estudos apontaram para uma ineficácia da APD nos países em vias de desenvolvimento, principalmente na África, é porque Cabo Verde tem sido um caso paradigmático. Cabo Verde tem alocado de forma sábia e responsável os fluxos de ajuda, convertendo-os em ótimos resultados, visíveis no seu desenvolvimento. Portanto, a APD tem sido um contributo de grande utilidade para o país. Pois, o país que foi considerado inviável por muitos, conseguiu sair do grupo dos países mais pobres do mundo para agregar aos países de desenvolvimento médio, e grande parte desta realização deve-se as ajudas externas.

Portanto, já sabemos que a APD é um contributo historicamente importante no desenvolvimento de Cabo Verde. Resta-nos agora cumprir o objetivo desta investigação que é dar a conhecer a sua real importância no desenvolvimento de Cabo Verde. Para esta finalidade será respondida a pergunta de partida que se levantou para a elaboração deste trabalho: será que o desenvolvimento de Cabo Verde depende essencialmente da APD?

Existe de fato uma dependência de Cabo Verde relativamente a APD, enquanto fonte alternativa de financiamento que o país teve de adotar desde muito cedo, mas esta dependência é cada vez mais ténue e tão pouco ela anula a existência de outros pilares de desenvolvimento no país.

Na análise do gráfico número 8 ficou claro que o PIB de Cabo Verde cresceu mesmo em anos que se registraram declínios consideráveis nos montantes de APD, o que significa que o crescimento económico do país continuou sendo impulsionado independentemente deste financiamento externo. Este fato nos remete logo à existência de outros pilares de desenvolvimento, enquanto os responsáveis desta contínua ocorrência. Neste trabalho revelaram ser estes pilares, as remessas dos emigrantes, o investimento direto estrangeiro e o turismo. Portanto, a APD não é o pilar vitalício da economia cabo-verdiana. Pois, num total de quatro pilares que formam a economia cabo-verdiana, a APD é o pilar que

apresenta a menor representatividade, com um peso de 9% contra os 47% do turismo, 24% das remessas dos emigrantes e 20% do Investimento direto Estrangeiro.

No entanto, isto só prova que a APD tem uma importância em menor escala quando comparada com outros fatores, que não deixam também de pertencer ao pacote externo.

Se direcionarmos esta mesma análise no contexto doméstico, a mesma conclusão se extrai desta. Pois, a APD comparada com os setores internos de produção e rendimento, só assume 4 % do PIB, contra os 70% do setor terciário, 14% do setor secundário e 12% do setor primário. A nível do PIB total, os setores internos representam a maior contribuição com um peso de 58%, enquanto que o peso dos setores externos é de 42%.

Portanto conclui-se neste trabalho, baseando-se em fatos e dados devidamente presentes e explícitos ao longo da sua elaboração, que a real importância da APD para a economia de Cabo Verde advém de um papel crucial que esta tem desempenhado tradicionalmente no crescimento/desenvolvimento de Cabo Verde desde 1975, enquanto fator imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde. Pois, de modo geral, ela tem contribuído para a melhoria de infraestruturas económicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos sectores sociais e, consequentemente, ótimos resultados ao país, nomeadamente o alcance dos ODM e a graduação dos PMA. A APD assume assim um papel de apoio complementar para a economia cabo-verdiana, juntamente com o seu setor chave que se trata do turismo e o restante dos setores externos, que juntos financiam e impulsionam os setores internos de produção e rendimento. Estes, por sua vez, acompanhados da boa governança, com base numa política democrática e estável, formam a única fonte capaz de promover um desenvolvimento realista e confiável, que é a gestão inteligente (saber acompanhar as mudanças), justa (ter equilíbrio na distribuição das receitas), acatadora de princípios e prioridades que não se resumam na conquista do capital financeiro (promover sempre os direitos humanos, a sustentabilidade e a capacitação do capital humano). Neste caso, o principal pilar de desenvolvimento de Cabo Verde tem sido e continua a ser a boa gestão. Nunca se tratou de uma carteira, caso contrário Cabo Verde seria apenas mais um caso de Estados enfraquecidos pelas ajudas externas.

Por fim, é de acrescentar, que com este trabalho ficou a visão de um país com potencialidades que transcendem a de um país desprovido de recursos, vivendo a sombra

de ajudas. Deste trabalho fica a perspetiva de um país que se encontrou vestindo uma vulnerabilidade maior do que o seu território podia suportar e que, portanto, fez da APD um suspensório, que vem garantindo ao país a cobertura das suas necessidades, através de um suporte de tal utilidade, que tem valido a pena ser renovado. Enquanto isto, o país aproveitou para crescer a nível interno, de forma que, se algum dia este suspensório se soltar, terá uma estrutura capaz de suportar tal vulnerabilidade.

Bibliografia Consultada

ANDRADE, I. C. (2003), *Ajuda Pública ao Desenvolvimento: Contributo Real para o Desenvolvimento dos Países da África Subsaariana?* Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

BROWNE, S. (1997), *The Rise and fall of Development Aid*, Helsinki, United Nations University.

CARDOSO, M. M. (2002), A Cooperação entre União Europeia e Cabo Verde nos anos 90. Cooperação bilateral e multilateral com a ilha de Sto. Antão: A importância de planos integrados, In: Heimer Wilhelm F. *Problemáticas Políticas em África*, ISTEAC, p.150.

COMISSÃO EUROPEIA, (2014), *compreender as Políticas da União Europeia: Desenvolvimento e Cooperação*, Bruxelas.

FURTADO, V. (2017), Organizações Internacionais e Ajuda Pública Multilateral a Cabo Verde. *Conjuntura Global*, 6(2, mai. /ago, 2017), pp.160-190.

GOMES, D. S. (2007), A Ajuda Pública ao Desenvolvimento: Rumo à Erradicação da Pobreza?

GOTTINIAUX, P. et al (2015). *Os números da Dívida*. CADTM.

LANCASTER, C. (2008), *Foreign aid: Diplomacy, development, domestic politics*.

MARTINS, A. B. (2009), *Relações entre Portugal e Cabo verde antes e depois da independência*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

MAVROTAS, G. (2009), Introduction: Development Aid-Theory, Policies and Performance, *Review of Development Economics* 13(3, 2009), pp.373-381.

MONTEIRO, P. J. (2010), *Fazer bem sem olhar a quem? A Ajuda ao Desenvolvimento no Âmbito da Governança Global*.

NIPASSA, O. (2009, abril), *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspetiva Crítica*. Maputo, IESE.

OLIVEIRA, G. B. (2002), *uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Revista da FAE 5(2, maio/ago), pp. 37-48.

PAIS, Irina Luís (2014), *Cabo Verde e a graduação da lista de países menos avançados: da validação política à transição sustentável*. Universidade Lusíada

PINTO, J. F. (2009), *Estratégias da ou para a Lusofonia? O futuro da Língua portuguesa*. Portugal, Prefácio.

OYA, C., & PONS-VIGNON, N. (2010), Aid, Development and the State in Africa. In: V. Padayachee, *the Political Economy of Africa*. London, pp.1-23.

PEREIRA, L. C. (2008), *Crescimento e Desenvolvimento Económico*.

PROENÇA, C. S. (2009), *A Exclusão Social em Cabo Verde: Uma Abordagem Preliminar*. Lisboa, CEsa.

RECI, A. (2014). Advantages and Disadvantages of Foreign Assistance in Albania, *Forum Scientiae Oeconomia*, 2(3, 2014), pp.123-132.

ROCHA, A. d. (2009), *Cooperação para o Desenvolvimento – Um pouco de história para se compreender o presente*.

Rosa, Quiara C. B. (2014), *Cabo Verde: das Políticas Públicas aos Objetivos do Milénio*. Lisboa, Universidade de Lisboa.

SHAH S. et al, (2005), *Is Foreign Aid Necessary for the Economic Development of less Developed Countries with Special Reference to Pakistan?* IPRI journal, V.

SILVA, A. d. (2013), *O Impacto de Ajuda Externa sobre o Crescimento Económico dos Países de CEDEAO*. Universidade Técnica de Lisboa.

SOLANO, C. A. (2012), *Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na República Dominicana: Benefícios duma Gestão para o Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.

TAVARES, A. D. (2010), *A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento: o Caso Paradigmático de Cabo Verde*. Universidade Nova de Lisboa.

TOMESANI, A. M. (2017), *Cooperação Internacional, Desenvolvimento Ultramar, Assistência Estrangeira: breve revisão histórica e bibliográfica sobre a ajuda externa oficial*. Revista Carta Internacional 12(1), pp. 73-100.

VIEIRA, A. (2012). *Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: a aposta na política externa como motor de desenvolvimento*. Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Webgrafia consultada

BANCO DE CV, *Contas Nacionais*, Cabo Verde, Disponível em: www.bcv.cv

INE, (2015), *Anuário Estatístico*, Cabo Verde, Disponível em: <http://ine.cv/>

INSTITUTO CAMÕES, *Programa Indicativo da Cooperação Portugal: Cabo Verde 2012-2015*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-paises/cabo-verde>

INSTITUTO CAMÕES, *Programa Estratégico de Cooperação 2017-2021*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-paises/cabo-verde>

IPAD, (2005), *Programa Indicativo da Cooperação Portugal – Cabo Verde 2005-2007*. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/arquivos-sobre-nos/cooperacao-arquivo/programa-indicativo-de-cooperacao-arquivo>

IPAD, (2008), Programa Indicativo da Cooperação Portugal – Cabo Verde 2008-2011. Disponível em: <https://www.intituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/arquivos-sobre-nos/cooperacao-arquivo/programa-indicativo-de-cooperacao-arquivo>

IPAD, (2008), *Programa Indicativo da Cooperação Portugal – Cabo Verde 2008-2011*. Disponível em: <https://www.intituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/arquivos-sobre-nos/cooperacao-arquivo/programa-indicativo-de-cooperacao-arquivo>

IPAD, (2010), A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento, Relatório anual 2010. pp. 33-36. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/arquivo/planos-e-relatorios-de-atividades-arquivo>

GOVERNO DE CABO VERDE, Plano Estratégico de Desenvolvimento (PEDS) 2017-2021, Cabo Verde, Disponível em: <http://peds.gov.cv/documentos>

NUNES, A. (2013). Crescimento e Desenvolvimento Económico. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br> (consultado em julho de 2018)

OECD. (2018), Official Development Assistance (ODA). Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/stats/What-is-ODA.pdf>

PNUD, Dados de Desenvolvimento Humano (1990-2017). Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data>

PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2016. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2016-human-development-everyone>

UNIÃO EUROPEIA, Cabo Verde e UE. Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde19890/cabo-verde-and-eu_en

UNIÃO EUROPEIA, Parceria Especial União Europeia / Cabo Verde. Disponível em: http://eeas.eu/archives/delegations/cape_verde/eu_cap_verde/political_relations/partnership_eu_cap_verde/index_pt.htm

